

**unesp**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

LUCAS PÉRICO

**EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE:** a discriminação do  
público *trans* no contexto escolar



ARARAQUARA – S.P.  
2021

LUCAS PÉRICO

# **EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE:** a discriminação do público *trans* no contexto escolar

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

**Linha de pesquisa:** Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores

**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Desidério da Silva

ARARAQUARA – S.P.  
2021

P441e Périco, Lucas  
Educação e Sexualidade : a discriminação do público trans no contexto escolar / Lucas Périco. -- Araraquara, 2021  
83 p. : tabs.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara  
Orientador: Ricardo Desidério da Silva

1. Transexualidade. 2. Transgênero. 3. Gênero. 4. Discriminação. 5. Educação Sexual. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LUCAS PÉRICO

# EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: a discriminação do público *trans* no contexto escolar

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

**Linha de pesquisa:** Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores

**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Desidério da Silva

Data da defesa: 02/02/2021

## MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

---

**Presidente e Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Desidério da Silva  
UNESPAR - Campus Apucarana e UNESP – Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara

---

**Membro Titular:** Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro  
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara

---

**Membro Titular:** Profa. Dra. Thais Gimenez da Silva Augusto  
UNESP – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

Àqueles e àquelas que ainda sofrem com a invisibilidade das minorias e, até o momento, não puderam deixar suas palavras de luta registradas na história da ciência.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Célia e Antônio, pelo apoio e amor dedicados a mim por toda esta vida, sempre acreditando no meu potencial e nas minhas lutas. Não há nada mais lindo no mundo, do que ser um LGBTQIA+ apoiado pelas pessoas que mais ama na vida. A luta torna-se menos dolorosa e mais segura.

Ao meu irmão Gustavo e cunhada Carina, por terem me dado o maior presente da minha vida: Alice, minha sobrinha. O sorriso inocente e o amor verdadeiro que transborda pelos olhos dela, foram e sempre serão um dos maiores motivos para que eu possa seguir com perseverança pelos caminhos da vida.

Ao meu orientador Ricardo Desidério da Silva, pela paciência e enorme afeto pelas minhas conquistas. As entrelinhas da vida puderam me mostrar, a partir de suas experiências e posicionamentos, que a academia ainda tem pessoas que realmente acreditam no que fazem. Sou teu fã, como pessoa e profissional!

Ao professor Paulo Rennes, por todo o conhecimento a mim compartilhado e ter acreditado inúmeras vezes na minha capacidade profissional. Também, por ter a força e determinação grandiosas para enfrentar as dificuldades de falar de sexualidade no Brasil. Você inspira minhas práticas como professor!

Às professoras Ana Paula Leivar Brancaloni e Thais Gimenez da Silva Augusto, pelas contribuições fundamentais nesse trabalho, assim como, por me proporcionarem uma ótima formação docente desde a graduação. Admiro imensamente a caminhada profissional e pessoal de vocês! Obrigado por tudo.

Aos meus amigos, Aline, Izilda, Felipe, Jheniffer, Marina, Paulo, entre tantos outros, pelo companheirismo e palavras de apoio durante essa trajetória. Jamais irei esquecer da admiração de vocês pelo profissional que sou até o momento e que me impulsionou para alcançar lugares jamais imaginados. Essa vitória é nossa também.

Às pessoas que moraram e conviveram comigo nos lares em que passei, por sempre estarem presentes nos melhores e piores dias da minha vida durante essa jornada. Estar acompanhado de pessoas compreensivas e que acreditam na sua caminhada é, de fato, essencial. O apoio de vocês jamais será esquecido e a gratidão estará presente eternamente no meu coração.

Aos meus amigos e colegas da minha turma de mestrado, pelo aprendizado, risadas, choros, críticas e elogios durante esse período. Em especial, ao meu grande amigo Guilherme por toda ajuda e companheirismo nos momentos que mais precisei. A batalha incessante contra os preconceitos em relação à sexualidade, só faz sentido se for ao lado de todos vocês.

Aos amores que passaram pela minha vida, temporários ou não, que puderam me mostrar que a sexualidade humana realmente é complexa e singular à cada pessoa. Sem as experiências que tive, não seria possível conhecer contextos diferentes dos meus e compreender fenômenos abordados, muitas vezes, na literatura acadêmica. Que o amor seja sempre transcendente!

À Aline Tavares, protagonista do documentário produzido nesse trabalho, por toda confiança e empenho em colaborar para a ciência. Sua história, de longe, é uma das que mais admiro na vida. Suas experiências me ensinaram a ver o mundo de uma forma diferenciada, pensando em todas as pessoas e suas diferentes formas de existirem no mundo. Você é inspiradora!

Às pessoas trans que colaboraram com minha pesquisa de alguma maneira, pelos relatos de vida e experiências enriquecedoras para os estudos de gênero. Vocês são o motivo de eu estar aqui. A luta dos LGBTQIA+ se deu, muitas vezes, pela resistência das pessoas que fogem dos padrões normativos de gênero e a força dessas em enfrentar sociedades preconceituosas, como a brasileira. Me esforçarei, todos os dias para que, cada vez mais, as pessoas trans estejam escrevendo seus agradecimentos em produções científicas, sinalizando que vocês chegaram aonde, um dia, tantos duvidaram. O contexto acadêmico necessita do potencial e das histórias de vocês! Obrigado por existirem.

À UNESP, mãe de todos nós! Obrigado pela resistência e luta em acreditar num futuro melhor para a educação brasileira. Ser *unespiano* é uma sensação indescritível e me enche de

orgulho ser aluno dessa universidade, desde a graduação. Que possamos, cada vez mais, formar alunos em todos os graus para um mercado de trabalho e uma sociedade civil cada vez mais ética e profissional.

“Um dia, quando olhares para trás, verás que os dias mais belos foram aqueles em que lutaste.”

Sigmund Schlomo Freud

## RESUMO

A sexualidade, em toda sua complexidade, se coloca como elemento fundamental da existência humana. Um dos fatores essenciais de sua vivência é o entendimento acerca do gênero sexual, componente esclarecedor das formas de identificar-se e expressar-se no mundo. Viver nos padrões de gênero é o caminho esperado para a maioria das pessoas, mas nem todas se entendem e encaixam-se dentro das demarcações heterocisnormativas. Nesse sentido, a transexualidade atravessa as barreiras de gênero e permite que as pessoas vivam sua integridade sexual, por meio da forma que acreditam coincidir com suas verdades. Por sua vez, a escola tornou-se um espaço não só de educação formal, mas, muitas vezes, de reprodução e reforço dos estereótipos de gênero, perpetuando padrões, mesmo que subjetivamente. Neste sentido, nesse trabalho objetivou-se identificar e analisar as problemáticas do público trans na região de Araraquara – SP, durante sua vivência escolar, a fim de entender os impactos causados pelos estereótipos de gênero. O método de coleta de dados escolhido foi a entrevista semi-estruturada, pelo fato de haver maior grau de liberdade para que o entrevistado pudesse se expressar, sem que houvesse fuga das informações que se esperou obter. Foram coletadas entrevistas de 8 (oito) pessoas trans, sendo duas delas alunas do Ensino Médio, e 6 (seis) que já concluíram a Educação Básica. Notou-se que a vivência do público trans na escola é traçada por inúmeros problemas, como: a rejeição das pessoas à transexualidade, o desrespeito ao nome social, dificuldade no uso dos banheiros públicos, a violência e processos discriminatórios, a falha da atuação docente e da gestão escolar na promoção da diversidade sexual humana, entre outros. É possível observar um avanço no respeito ao direito das(os) transsexuais, transgêneros e travestis, porém ainda há marginalização dessas pessoas e esse fator afeta diretamente em suas experiências como discentes. Também, a partir desse trabalho, produziu-se um documentário biográfico com o intuito de conscientizar as pessoas acerca da temática.

**Palavras – chave:** Transexualidade. Transgênero. Gênero. Discriminação. Educação Sexual.

## ABSTRACT

Sexuality, in all its complexity, is a fundamental element of human existence. One of the essential factors of his experience is the understanding of sexual gender, an enlightening component of the ways of identifying and expressing himself in the world. Living by gender standards is the path expected for most people, but not everyone understands and fits within heterocisnormative boundaries. In this sense, transsexuality crosses gender barriers and allows people to live their sexual integrity, through the way they believe they coincide with their truths. In turn, the school has become a space not only for formal education, but often for the reproduction and reinforcement of gender stereotypes, perpetuating patterns, even if subjectively. In this sense, this work aimed to identify and analyze the problems of the trans public in the region of Araraquara - SP, during their school experience, in order to understand the impacts caused by gender stereotypes. The method of data collection chosen was the semi-structured interview, due to the fact that there was a greater degree of freedom so that the interviewee could express himself, without any escape from the information that was expected to be obtained. Interviews were collected from 8 (eight) trans people, two of whom were high school students, and 6 (six) who have already completed Basic Education. It was noted that the experience of the trans public at school is traced by numerous problems, such as: people's rejection of transsexuality, disrespect to the social name, difficulty in using public restrooms, violence and discriminatory processes, the failure of teaching performance and school management in promoting human sexual diversity, among others. It is possible to observe an advance in the respect for the rights of transsexuals, transgenders and transvestites, however there is still marginalization of these people and this factor directly affects their experiences as students. Also, from this work, a biographical documentary was produced in order to make people aware of the theme.

**Keywords:** Transexuality. Transgender. Genre. Discrimination. Sex Education

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1</b> - Informações sobre a sexualidade, idade e trabalho das pessoas entrevistadas nesta pesquisa .....	50
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>Antra</b>	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
<b>CEP</b>	Código de Endereçamento Postal
<b>Cis</b>	Cisgênero
<b>ENASP</b>	Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública
<b>FCLAr</b>	Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
<b>Fone</b>	Telefone
<b>LGBT</b>	(Sigla antiga) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais
<b>LGBTQIA+</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, etc
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
<b>XX/XY</b>	Genes sexuais animais de fêmea (XX) e macho (XY)

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1. CAMINHOS HISTÓRICOS DA SEXUALIDADE E ANTIGUIDADE: O PASSADO QUE AINDA REFLETE EM NOSSOS DIAS .....	15
1.2. TRANSCEDENDO ÀS NORMATIVIDADES DE GÊNERO: A TRANSSEXUALIDADE E A VIOLÊNCIA CONTRA OS LGBTQIA+ .....	27
1.3. EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: APONTAMENTOS NECESSÁRIOS .....	36
1.4. OS RECURSOS MIDIÁTICOS COMO MEIOS DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA .....	40
<b>2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DO TRABALHO.....</b>	<b>44</b>
<b>3. MÉTODO .....</b>	<b>44</b>
<b>4. DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>50</b>
4. 1. A PROBLEMÁTICA DE GÊNERO.....	52
4.2. O USO DO BANHEIRO E A UTILIZAÇÃO DO NOME SOCIAL PARA PESSOAS TRANS NOS ESPAÇOS ESCOLARES.....	55
4.3. VIOLÊNCIA E PROCESSOS DISCRIMINATÓRIOS NA ESCOLA.....	61
4.4. RECURSOS MIDIÁTICOS E EDUCAÇÃO SEXUAL: REGISTROS DAS VIDAS MARCADAS PELA TRANSFOBIA .....	68
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE II – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DE NÃO ALUNOS.....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE III – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DE ALUNOS .....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE IV - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM .....</b>	<b>82</b>

## APRESENTAÇÃO

Eis uma questão que me fizeram durante toda trajetória desse trabalho: por que uma pessoa cisgênero se dedicaria a escrever sobre esse tema, sendo que não vive essa realidade? De primeiro momento, foi necessário que eu parasse para refletir acerca da resposta, mas logo, uma voz intrínseca me esclareceu tal aflição. Talvez, não soubesse a resposta dessa pergunta em específico, mas soubera dizer que, como LGBTQIA+, seria necessário que entendesse as realidades dos meus pares, mesmo que distintas da minha. A sigla não é apenas simbólica, representa união e um ato político!

Como pesquisador e privilegiado em muitos aspectos por ocupar esse papel social, é necessário dar voz às pessoas trans, para que suas palavras ecoem nas paredes da ciência e estas voltem em forma de visibilidade, inclusão e respeito. A luta é para que, um dia, esses registros de uma dissertação sobre transexualidade não sejam apenas palavras ao vento, mas um motivo para que a luta contra o preconceito e discriminação nunca acabe.

Em 2014, quando ingressei no curso de licenciatura em Ciências Biológicas na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (UNESP), jamais imaginei que meu jeito leve de falar de sexualidade, me levaria aos caminhos que me encontro hoje. Lá, pude aprender muitos aspectos anatômicos, fisiológicos, bioquímicos, comportamentais e tantos outros conhecimentos sobre a sexualidade de tantos animais, principalmente o ser humano. E sim, nossa capacidade humana de compreender e discernir sobre os fenômenos, diferente da maioria dos animais, pudera trazer liberdades e prisões aos aspectos sexuais.

Na caminhada acadêmica, até concluir minha graduação, pude entender o quão complexa é a sexualidade. Desde meus estudos sobre sexualidade em disciplinas de conhecimento biológico e/ou humanístico, até minhas experiências como ser humano munido de desejos e decepções, minha mente pôde se expandir para além da vivência, gerando uma vontade de contribuir como alguém que trouxesse algo novo e necessário para a discussão acadêmica.

No ano de 2018, quando decidi prestar o Mestrado em Educação Sexual na FCLAr (UNESP), meu coração havia falado mais alto do que os interesses como profissional da educação. Sempre tive o sonho de ser mestre em Educação Escolar, mas nunca imaginei que pudesse relacionar duas coisas tão pertinentes e indissociáveis: educação e sexualidade. E nesse programa, pude não só realizar um devaneio de adolescente, mas me encontrar como

pessoa e profissional. A cada passo que a Educação Sexual resiste e ocupa novos lugares, minha alma se enche de orgulho e espírito de luta. Essa sim, é razão de tudo isso.

Em meio a toda essa realização e descoberta, meu trabalho na rede estadual de São Paulo, como docente do sistema prisional, pôde me relevar algo importante diante aos meus olhos: a sexualidade emana pelos poros, mesmo quando reprimida. Lá, pude notar o quão difícil era para que aquelas pessoas entendessem seus desejos e sua própria sexualidade, já que qualquer tentativa de expressão pública fosse alvo de censura. Eis que me veio uma pergunta pertinente: se as pessoas trans já sofrem em contextos sem privação de liberdade, como seria naquele lugar? Essa pesquisa não tem intuito de responder tal questionamento, porém se coloca como elemento catalisador para as reflexões acerca da transexualidade. Também, é importante salientar que, mesmo com estudos padronizados pela metodologia científica, cada indivíduo ou agrupamento de pessoas se coloca como único, diante de suas experiências.

Não só como profissional da educação regular, mas também como especialista em Educação Especial, me vieram muitas outras questões sobre a sexualidade. Como será que as pessoas trans com deficiência se entendem e são entendidas pelas outras pessoas? Quais suas dificuldades em relação aos demais? Será que vivemos numa sociedade que exalta o espírito de piedade e anula a transfobia com essas pessoas? Essas perguntas também não são o foco dessa pesquisa, porém emergem nas entrelinhas e necessitam de abordagens específicas, já que a transexualidade se dá por inúmeras formas e combinações.

Diante de toda essa minha trajetória e estudos relacionados ao gênero, pude entender o quão complexa é essa discussão e que as pessoas trans estão, mesmo que em resquícios de esperança, vivendo à margem em inúmeros contextos socioculturais. Esse cenário não é aceitável e, muito menos, justo. O direito à igualdade é garantido pela Constituição Federal de 1988, e assim deve ser executado, sem brechas.

Nesse estudo, pude mostrar algumas das situações mais comuns que acontecem com as pessoas trans na escola, já que é um espaço de socialização constante e que revela, através da sinceridade dos infanto-juvenis, princípios e estereótipos que são consolidados em nossa sociedade, sendo passíveis de uma imensa luta para que mudem gradualmente. Que a leitura possa ser esclarecedora e trazer reflexões pertinentes para a ciência da sexualidade.

Nos capítulos que seguirão, todo percurso desse trabalho será detalhado, desde a fundamentação teórica, métodos de pesquisa, até a discussão. É importante salientar que as abordagens terão foco na sexualidade humana como percurso histórico e seus reflexos no

contexto ocidental, assim como as questões de gênero ainda persistem com antigas faces, mesmo com um avanço ideológico tendendo à inclusão de pessoas trans nos contextos socioculturais. Também, como a transexualidade é compreendida na escola e de que forma a Educação Sexual atua para conscientizar todos os protagonistas (alunos, professores, gestores) da escola. Boa leitura!

## **1. INTRODUÇÃO**

A transexualidade<sup>1</sup> e os aspectos relacionados ao gênero, dentro ou fora da escola, apresentam inúmeras singularidades e, por essa condição, estão passíveis de estereótipos, preconceitos e processos discriminatórios. Para que haja uma reflexão sobre como os padrões normativos de gênero que ainda persistem nas sociedades globais, inclusive no Brasil, é necessário entender a história da sexualidade humana, suas influências históricas e como essas são refletidas nas vivências contemporâneas. Também, quando se refere à transexualidade, algumas particularidades aparecem, como o uso do banheiro público, respeito ao nome social e situações de transfobia do cotidiano, pelo fato de transgredirem ainda mais as normas de gênero.

Desta maneira, a fundamentação teórica desse trabalho foi dividida em quatro capítulos que representam temáticas importantes para a compreensão e análise dos dados coletados, sendo esses: caminhos históricos da sexualidade humana e Antiguidade: o passado que ainda reflete em nossos dias; história da Educação Sexual; transcendendo às normatividades de gênero: a transexualidade e a violência contra os LGBTQIA+; Educação Sexual no Brasil: apontamentos necessários; os recursos midiáticos como meios de valorização da diversidade sexual na escola. Todos esses temas serão abordados em seguida.

### **1.1. CAMINHOS HISTÓRICOS DA SEXUALIDADE E ANTIGUIDADE: O PASSADO QUE AINDA REFLETE EM NOSSOS DIAS**

---

<sup>1</sup> A definição de ‘transexualidade’ escolhida para esse trabalho segue os pressupostos de Jaqueline Gomes de Jesus (2012), que menciona o termo como genérico e que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Dessa forma, adota-se o ponto de vista inclusivo, que aprecia as diferentes formas de ser e viver, no sentido que as pessoas devem ter seu reconhecimento social e legal no gênero que considerarem pertencentes.

A princípio, é essencial que se compreenda a influência da cultura greco-romana no mundo como um todo. Como resultado da trajetória histórica, deu origem às culturas europeias, que se disseminaram fortemente pelo processo de colonização em tantos outros continentes do globo terrestre. A representação da mulher no Brasil e em grande parte da América, segue com os preceitos difundidos historicamente pelos povos ocidentais viventes na Antiguidade, principalmente no que se refere à submissão feminina ao homem (Andrade, 2003; Feitosa, 2013). E esse fato tem créditos nas crenças religiosas da época, em que o politeísmo reforçou essa ideia de desigualdade de gênero, por meio da existência de deuses (as) que regulavam os comportamentos humanos.

Cuidar dos filhos, da casa e das atividades relacionadas à manutenção da família tradicional ateniense era função da mulher, já que o homem apenas criava as regras para que elas as seguissem. Feitosa (2013) diz que esse processo de hierarquia social e de gênero submetia o feminino às funções com menor importância dentro da sociedade. Desta forma, os homens sempre tiveram prestígio social e foram privilegiados pelo patriarcado, tendo a imagem de protetores e elementos centrais das famílias.

Andrade (2003) diz que a sociedade ateniense não só colocava a mulher como submissa ao homem, mas desacreditava de sua capacidade intelectual em exercer determinadas atribuições. Assim sendo, estar na condição de ‘administradora do lar’ dentro da família, limitava a participação dela no grande mecanismo de funcionamento da comunidade, além de determinar que o sexo biológico de fêmea atrelado ao gênero feminino não apresentava capacidade de discernir entre os próprios sentimentos como ser humano.

Há certo questionamento quando leva-se em consideração que, ao mesmo tempo que as mulheres constituíam quase metade da população ateniense, essas não tinham direito à cidadania na cidade grega, formando uma falsa sensação de pertencimento social, gerando determinado controle social por parte dos homens. Ou seja, por mais que a *pólis* as limitasse às funções domésticas, eram elas tinham o encargo de ensinarem seus filhos e filhas a se encaixarem dentro dessa cultura, de maneira que o homem estivesse sempre ao controle das situações que os envolviam socialmente (Andrade, 2014).

Andrade (2014) afirma que a literatura fora um dos instrumentos de análise de dados mais importantes para os pesquisadores, já que serviu de material para observar como a sociedade ateniense constituía uma ambivalência entre o ‘papal’ da mulher: ora submissa, ora valorizada com soberania. Essa ‘espada de dois gumes’, como se diz o ditado popular, trazia às mulheres uma grande importância por serem responsáveis pelo sucesso reprodutivo

daquela população, já que sem seus sistemas reprodutores não haveriam novos cidadãos, e, por outro lado, condenava-as ao espaço doméstico, em que suas habilidades se limitavam à culinária e agricultura familiar.

É comum na literatura greco-romana, que a imagem da mulher fosse descrita como algo único e de difícil definição, de modo que recebesse a descrição de um ser que carrega em si uma subjetividade de existência. Isso se deve ao atrelamento da cultura fortemente baseada na desigualdade de gênero e à religião politeísta que colocava Zeus como o deus principal, sendo então, uma representação masculina acima de tudo. Embora possa parecer distante da atualidade, a representação feminina ainda se apresenta fortemente vinculada às ideias religiosas, de forma que muitas vertentes e doutrinas colocam a maternidade como característica principal e indissociável desse gênero (Porter & Teich, 1998).

Deste modo, pode-se dizer que a cultura greco-romana influenciou muito das tradições e formas de pensamento que persistem no restante do globo terrestre, inclusive no Brasil, já que fora colonizado por europeus advindos dessa raiz ocidental (Porter & Teich, 1998). Infelizmente, persiste-se a condição em que as mulheres estão sujeitas ao ambiente doméstico, mesmo que a contemporaneidade tenha permitido que essas alcancem outros níveis sociais e de trabalho. Ou seja, as ideias de igualdade de gênero tendem a crescer, principalmente no emaranhado de condições que se remetem ao trabalho, porém ainda não se garante que sejam efetivas ao ponto em que os homens estejam ocupando, também, o espaço de administradores dos ambientes domiciliares, como historicamente as mulheres ocuparam.

Quando se trata de sexualidade, não há como compreender as conjunturas socioculturais da atualidade, sem que se remeta aos períodos que antecederam à Contemporaneidade. Neste sentido, a Antiguidade é de suma importância para esse contexto, já que apresenta uma grande quantidade de registros históricos, principalmente escritos ou em forma de arte, e influencia diretamente em toda cultura mundial, já que uma boa parte dos continentes foram colonizados por países europeus que têm raízes greco-romanas (Feitosa, 2013).

A importância do conhecimento de História da Sexualidade na Antiguidade para a formação de educadores e professores é evidente e considerável, já que a sexualidade é um fator marcante durante a experiência escolar dos alunos, pois interfere diretamente nas relações sociais entre alunos, professores, gestores e quaisquer pessoas que ocupem aquele espaço. Desta forma, entender qual a origem histórica dos pensamentos, estereótipos, preconceitos e aversões no espaço escolar, permite com que o professor/educador possa

contextualizar, refletir e desenvolver ações de mediação ou intervenção (Gonini & Ribeiro, 2014).

É comum observar as questões de gênero muito marcadas dentro da escola, desde as regras de comportamento até na forma com que os alunos se vestem, falam e colocam-se diante dos outros. O educador/professor que desconhece os padrões de gênero da Antiguidade, principalmente no contexto greco-romano, carece do olhar crítico das influências ocidentais e religiosas que ainda são enormemente marcadas na cultura e na forma com que as pessoas compreendem a sexualidade.

Observando esse contraste temporal<sup>2</sup>, a realidade vigente apresenta algumas diferenças e semelhanças consideráveis com a cultura greco-romana da Antiguidade. O ponto principal de semelhança é que, ainda hoje, o discurso de submissão da mulher e exaltação da sexualidade do homem, estão presentes e fortemente influenciados por padrões conservadores. Nesse sentido, a humilhação da mulher causada pela desigualdade de gênero, ainda é grande e muitas destas ações são justificadas pelos aspectos sexuais. Em contrapartida, os padrões de homoafetividade<sup>3</sup> eram diferentes dos quais as sociedades contemporâneas apresentam: a homoafetividade, hoje, é combatida com processos discriminatórios, já que oferece perigo à constituição familiar tradicional, diferente daquele período, em que essa forma de se relacionar fazia parte da manutenção da sociedade.

Posteriormente, durante o período medieval, em que o Cristianismo possuía grande poder, tanto social, quanto capital, nas regiões ocidentais, as expressões sexuais eram diferentes do que se imagina. Desde o estabelecimento do cristianismo ortodoxo pós-apostólico em 100 d. C., aproximadamente, em que o grupo de seguidores dessa vertente conquistaram todo território romano e estabeleceram-no como oficiais dessas terras, até a Inquisição (século XII), a intolerância religiosa e repressão sexual se fortaleceram, de fato (Foucault, 2009a; 2009b).

É possível dizer que no período denominado como pré-apostólico ou 'cristianismo primitivo', a fluidez sexual e as maneiras de viver a sexualidade eram muito mais diversas e libidinosas do que atualmente. O sexo não era pecado quando relacionado à manutenção das

---

<sup>2</sup> É importante entender que os contextos históricos são diferentes e algumas comparações exigem entender a realidade cultural de cada época. Dessa maneira, tal comparação, se coloca respeitando as singularidades da Antiguidade.

<sup>3</sup> Optou-se em utilizar os termos homoafetividade/homoerotismo no lugar de homossexualidade em alguns momentos, pelo fato de que o segundo é um conceito atual da sexualidade humana. Ou seja, na Antiguidade não havia a plena vivência da homossexualidade, sendo limitada às relações de poder, sendo assim, considerada homoafetividade/homoerotismo.

relações de poder econômico e de gênero, já que garantia a prosperidade e sobrevivência daquele povo.

A relação da homoafetividade com essa mudança temporal é extremamente notável. Durante o período greco-romano, havia certa aceitação na prática homoerótica, desde que houvesse um homem dominador e outro dominado. Séculos depois, o ato seria compreendido como um grande pecado e digno de punições com o deus do Cristianismo (Foucault, 2009a; 2009b). Ora comum, ora pecado, essa dualidade se apresenta de modo marcante nessa escala de tempo.

É notável a influência da romantização nos fazeres humanos na sociedade contemporânea. Há amor em tudo e por tudo, mesmo quando esse sentimento se torna mais bárbaro e impetuoso do que qualquer outro. Esse processo advém dos pensamentos cristãos, principalmente por influência de Santo Agostinho, que considerou a sexualidade e o impulso sexual como desordens sociais, de forma que fosse entendido como um ‘sintoma do mal’ e uma consequência do pecado original, presente em todos os homens (Foucault, 2009a; 2009b). Desta forma, o controle do corpo e da sexualidade humana tornou-se possível através do Cristianismo, altamente influente em todo o mundo. Ainda hoje, é difícil desatar os nós de senso comum com vieses religiosos sobre sexualidade nas sociedades.

Para Foucault (2009a; 2009b), o corpo, tão cultuado e exaltado na atualidade como símbolo sexual, na Antiguidade fora considerado ambíguo. Por alguns momentos, antes da chegada avassaladora do Cristianismo, o corpo era objeto importante de prosperidade, sendo representado e registrado em esculturas, vasos, etc. Num outro momento, mediante a dominância dos pensamentos cristãos, esse mesmo corpo perdeu sua importância, sendo apenas um espaço para garantia do casamento e da reprodução humana.

A manutenção dos valores cristãos exigia, dentre tantos outros mecanismos, a regulação dos corpos. Métodos anticoncepcionais, aborto e doação de filhos eram passíveis de condenação, já que colocavam em risco o aumento populacional e normatização das famílias tradicionais (Porter & Teich, 1998). Ou seja, não cabia à mulher ou ao casal decidir se queriam ter um filho, pois era considerado uma ‘bênção divina’ e não existira outra forma, se não aceitá-lo e criá-lo. Essa perspectiva trazia a concepção religiosa como correta, em que se efetivava num monitoramento intenso dos corpos e o sexo não deveria ser considerado como um processo biológico e natural.

Outra condição notável na cultura ocidental próxima ao século V é a mutilação dos corpos. As ideias cristãs retomaram a admiração pelo corpo, desta vez, não para o cuidado e

virilidade, mas para o sofrimento e dilaceração daquele corpo como símbolo da representação de fé e devoção (Foucault, 2009a; 2009b). Desta maneira, as pessoas poderiam ser punidas por estarem transgredindo as regras da divindade maior, ou seja, houve uma abertura para mutilação dos corpos de pobres, ladrões, homossexuais, mulheres adúlteras, etc.

A partir dos pressupostos colocados, sugere-se que o Cristianismo tenha sido o protagonista de uma “síndrome anti-sexual”, em que, através dos vestígios já apontados, trazem que o período de dominância dos ideais cristãos passou por inúmeras mudanças em relação à sexualidade. A contenção do ato e da expressão sexual, que deveriam ser funcionais apenas dentro do casamento e com a finalidade reprodutiva, foram ferramentas para o êxito de uma fase de repressão sexual intensa (Foucault, 2009a; 2009b).

É possível dizer que o Cristianismo foi, dentre tantas outras ideologias religiosas, o agente sentenciador da sexualidade humana, já que se colocou como personagem principal da repressão sexual. E, por meio da disseminação da cultura ocidental por todo o mundo, esses ideais persistiram em grande parte dos contextos socioculturais, fazendo com que as pessoas, atualmente, olhem com dificuldade para sua própria sexualidade, ainda estando ligadas às raízes greco-romanas (Foucault, 2009a; 2009b).

Claramente, que na história da humanidade com olhares voltados para a sexualidade, não se pode deixar de considerar que períodos, como o Vitorianismo e os processos de colonização, disseminaram princípios cristãos e influenciaram as culturas de inúmeros países, principalmente na maneira de entender sexo, gênero e orientação sexual. Toda essa história reflete na atualidade. Nesse trabalho, não serão abordados esses períodos pelo fato de não ser esse o foco dessa pesquisa, voltando-se mais diretamente ao período da Antiguidade, que desencadeou todo o processo inicial de visão da sexualidade ocidental.

É inegável a importância do educador/professor em posse dos conteúdos históricos relacionados à sexualidade humana, já que sua atuação depende de uma reflexão mais profunda sobre as estruturas sociais e relações interpessoais. E esse conhecimento permite com que o docente crie mecanismos de promoção da diversidade e quebra de estereótipos, machismos<sup>4</sup>, processos discriminatórios, etc.

A partir desses pressupostos, torna-se possível dizer que a cultura mundial é fortemente influenciada pela cultura greco-romana, já que os processos de colonização e miscigenação cultural estão ligados à origem europeia que fora baseada nestes

---

<sup>4</sup> A partir do embasamento teórico por Silva e Mendes (2015), o machismo pode ser compreendido como uma condição social em que os homens têm superioridade em relação às mulheres. Isso se dá pelo fato dos homens, tanto antes na história, como ainda hoje, estarem numa posição privilegiada.

acontecimentos da Antiguidade (Foucault, 2009a; 2009b). Ou seja, alguns padrões ainda persistem, mesmo ao longo de milhares de anos, já que a cultura apresenta fundamentos fortemente consolidados entre as gerações, refletindo nas conjunturas sociais vivenciadas atualmente.

As problemáticas relacionadas ao gênero sempre foram presentes nas sociedades em diferentes tempos e culturas, porém foi muito tempo após a Antiguidade, que a discussão sobre a desigualdade de gênero iniciou-se. Um marco histórico foi quando Simone de Beauvoir (1949) apresentou diferentes perspectivas sobre o papel secundário que as sociedades colocavam/colocam as mulheres, passando pela biologia, psicologia e ciências sociais. Ela aborda acerca das passagens temporais entre Antiguidade, Idade Média e a Contemporaneidade, em que se é possível notar a grande influência que a biologia teve para determinar as concepções de gênero. Características anatofisiológicas e reprodutivas foram, e ainda persistem a ser, elementos fundamentais para colocar os homens ou machos no topo da sociedade, marginalizando as mulheres, considerando-as como “o outro ou segundo sexo”.

Desde as pequenas organizações de pessoas até as grandes sociedades, as denominações e discriminações de gênero afetam a igualdade e participação efetiva de todos(as) (Feitosa, 2013). Na Antiguidade, já era possível observar a divisão de trabalho em relação ao cultivo do alimento para a sobrevivência do grupo; na Idade Média fortaleceram-se as questões de patriarcado, sedentarismo e do casamento; na modernidade e contemporaneidade, a mulher avança alcançando novos ambientes, como de trabalho, porém ainda continuam vítimas da ideologia em servir ao homem e serem mães (Beauvoir, 1949). Até houve exceções à essas pontuações, porém escolhe-se como regra o padrão que é notável na maioria das sociedades.

Esse caminho cronológico traz o entendimento de que a mulher, quase sempre, fora colocada ao segundo plano quando se refere à cidadania e respeito pelas formas de ser, apenas sendo exaltadas quanto ao símbolo de manutenção das famílias patriarcais, não saindo de suas funções domésticas (Beauvoir, 1949). Também, a sexualidade da mulher sempre fora colocada em destaque quando remetida à reprodução, diferente do homem que teve destaque por ser o elemento fértil e extremamente prazeroso. Ou seja, o gênero feminino recebeu a imposição da gravidez, enquanto o homem, desfruta do prazer e satisfação sexual.

É fundamental que haja menção sobre o início das discussões sobre gênero. Simone de Beauvoir (1949) foi um grande ícone para sua época, trazendo uma discussão centrada na mulher e suas atribuições sociais daquela época, porém não tratou isso, diretamente, na

perspectiva dos estudos de gênero. Há dois nomes fundamentais para que se entenda acerca da temática: Gayle Rubin e Joan Scott. Para que o percurso histórico sobre a abordagem de gênero se consolide, ambas tiveram papéis essenciais nessa caminhada.

A americana Gayle Rubin, atualmente com 72 anos, é uma das pioneiras na sustentação sobre as discussões de gênero. É autora do texto *The Traffic in Women: Notes on the 'political economy' of sex*, publicado em 1975, considerado “(...) um trabalho pioneiro e marcante no campo dos estudos de gênero, por traçar a distinção entre sexo/biológico e gênero/construção social do biológico” (Siqueira, 2008, p. 113). Ela, diretamente, não discutiu sobre o conceito de gênero, sendo parte da trajetória, já que

(...) é uma das teóricas feministas que ajuda a criar as condições que possibilitaram o surgimento deste conceito tão caro às teorias feministas. Seu trabalho é tomado como referência nesta trajetória de busca de teorias que pudessem dar explicações e ajudasse a compreender como são elaboradas e valoradas as distinções entre os sexos (Siqueira, 2008, p. 113-114).

Posteriormente à Rubin, Joan Scott, atualmente com 79 anos, pode ser considerada como a primeira pesquisadora a definir o conceito de gênero nos estudos sobre mulheres, de forma mais explícita e próxima da atualidade. Numa perspectiva histórica, ela “defende uma visão mais ampla de gênero, que inclua não só o parentesco, mas também o mercado de trabalho que é sexualmente segregado, a educação enquanto instituições socialmente masculinas e ainda o sistema político” (Siqueira, 2008, p. 114). Além disso, a autora afirma que “(...) para ela, a análise de Rubin foi reducionista, já que gênero tanto é construído através do parentesco, como também na economia, na organização política, enfim em outros lugares igualmente fundantes” (Scott, 1990, p. 15 como citado em Siqueira, 2008, p. 114).

Dessa maneira, é possível dizer que Scott (1990) apresenta um conceito de gênero com diversos elementos de origens sociais, históricas, políticas e econômicas, que se contextualizam e impulsionam as discussões acerca da temática. Ou seja, é essencial

Examinar gênero concretamente, contextualmente e de considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. Esta é ao mesmo tempo uma postura familiar e nova de pensar sobre a história. Pois questiona a confiabilidade de termos que foram tomados como auto-evidentes,

historicizando-os. A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidades foram construídos (Scott, 1994, p. 19).

Temporalmente, aproximando a discussão de gênero para o presente, pode-se considerar que houve um avanço significativo do debate sobre igualdade e a garantia de direitos das mulheres, assim como, de outras vertentes ligadas à temática. Isso se deve, fundamentalmente, ao movimento feminista que, através de Scott (1990) e tantas outras mulheres, possibilitou alcançar muitos lugares e quebrar barreiras impostas pelas diferenças de gênero das sociedades (Meira, 2014).

Inúmeros são os desdobramentos da valorização da igualdade de gênero e seus impactos nas sociedades. Partindo desse princípio, em setembro de 2015 representantes dos 193 Estados-membros da ONU se reuniram em Nova York, afim de pautarem as maiores necessidades globais em todas as esferas (Agenda, 2015?). Nesse evento, definiu-se a Agenda 2030, que apresenta 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, e dentre eles, o ODS 5 é sobre igualdade de gênero, que menciona “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (Agenda, 2015?, n. p.). Ou seja, é possível dizer que a debate de gênero tornou-se uma realidade e uma pauta global de relevância.

Em contrapartida ao avanço global, alguns grupos conservadores criaram a ‘ideologia de gênero’, termo difundido pelo senso comum, que difere muito da promoção de igualdade de gênero constituída legalmente e socialmente pelas reflexões acerca da temática. A questão central dessa ideologia, que é totalmente enviesada pelo conservadorismo e patriarcado, presentes no século XXI, critica a quebra do padrão desigual de gênero que afeta diretamente os privilégios de grupo majoritários. Ou seja, a não aceitação dos privilégios das classes dominantes está diretamente ligada à revolta e aversão das pessoas com ideais libertários e igualitários, que possibilitaram a inserção do termo “ideologia de gênero” como algo criado pelas minorias para destruir os padrões heterocisnormativos.

Reis e Eggert (2017) apontam que a “ideologia de gênero”

(...) induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, e que nega a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT comprovadas com dados

oficiais e estudos científicos. Utilizou-se de desonestidade intelectual, formulando argumentos sem fundamentos científicos e replicando-os nas mídias sociais para serem engolidos e regurgitados pelos fiéis acríticos que os aceitam como verdades inquestionáveis. Utilizou-se também de uma espécie de terrorismo moral, atribuindo o status de demônio às pessoas favoráveis ao respeito à igualdade de gênero e diversidade sexual na educação, além de intimidar profissionais de educação com notificações extrajudiciais com ameaça de processo contra quem ousasse abordar esses assuntos na sala de aula. Criou-se um movimento para “apagar” o assunto gênero do currículo escolar (p. 20).

Dessa maneira, a “ideologia de gênero” é uma ideia equivocada, que não corresponde à realidade da discussão de gênero, sendo, fundamentalmente, conservadora e munida de preconceitos. Com isso, torna-se fundamental pensar que alguns contextos ainda são extremamente heteroterroristas, principalmente quando se remete aos discursos ouvidos na escola por alunos e outros personagens. Para se entender melhor a discussão sobre esses contextos, é importante definir o termo ‘heteroterrorista’. Para isso, fora trazido um fragmento do texto de Rocha e Junior (2018) para explicá-lo, como sendo

(...) formas de opressões verbais e físicas perpetradas, na maioria das vezes, por sujeitos heterossexuais contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, no intuito de anulá-los/as, oprimi-los/as, silenciá-los/as, invisibilizá-los/as e, também, assassiná-los/as. (...) O heteroterrorismo é um discurso ou uma ação oriunda da heteronorma. A partir de agressões físicas e verbais, o heteroterrorismo evidencia o seu poder punitivo, amedrontando crianças para que não se tornem gays ou lésbicas, como também anulando jovens e adultos LGBTs para que sejam excluídos/as dos ambientes sociais, sobretudo as escolas (pp. 46-47).

Nesse contexto, pode-se dizer que há uma imersão da escola no heteroterrorismo de maneira profunda, já que é um espaço claramente excludente nos moldes que se encontra, atualmente, no Brasil. O silenciamento e a opressão das pessoas que fogem às referências heterocisnormativas são gigantes e liquidadoras da diversidade sexual. Para tanto, Bento (2011) menciona que

Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: “pare com isso! Isso não é coisa de menino!”. A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada “menino não chora!”, “comporte-se como uma menina!”, “isso é coisa de bicha!”, a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada. (...) Quando um/a pai/mãe afirma “isso é coisa de bicha”, essa sentença tem múltiplos efeitos. A criança não entende o que é aquele “bicho-papão” que provoca a ira da/o mãe/pai. Sabe que não quer ser rejeitado. Sabe, portanto, que não poderá (ainda que não saiba como) agir como uma bicha. Essas interdições ficam ainda mais claras ao longo da vida (p. 552).

É possível observar nas informações trazidas por Bento (2011) e Rocha e Junior (2018) que as argumentações acerca de gênero e orientação sexual se entrelaçam. Isso, traz a ideia de que a normatividade não atinge somente a questão da heterossexualidade, mas também a cisnormatividade, formando uma estrutura heterocisnormativa<sup>5</sup>. Isso, sem sombra de dúvidas, afeta diretamente as pessoas transexuais/transgêneras.

É importante ressaltar que, segundo Judith Butler (2003), a transexualidade pode ser considerada uma expressão identitária que questiona os binarismos e normatividades de gênero, desvinculando a ideia de corpo biológico com as concepções de gênero. De certa forma, afirma-se que o público trans causa um abalo nas estruturas heterocisnormativas, já que traz novas possibilidades de ser, existir e viver a sexualidade. Nesse sentido, se diz que

Avançar no debate crítico de tal situação é superar o binarismo fundado na determinação sexual por questões biológicas, e por tal razão, a imposição de uma hermenêutica pautada na heterocisnormatividade é responsável pela invisibilidade e marginalidade dos transgenêros (...) não estamos argumentando de conceder a todos um padrão de condição por meio de eliminação dos fatores que os singularizam. Estamos trazendo a necessidade de superação de estereótipos por meio do reconhecimento das diferenças pautados nas singularidades e subjetividades (Barbosa & Neto, 2020, p.58).

---

<sup>5</sup> Rocha e Junior (2018) trazem que a ‘heteronorma’ impõe a heterossexualidade como a norma sexual vigente. Nesse sentido e seguindo tal conceituação, o termo ‘heterocisnormatividade’ empregado nesse texto se remete à imposição da heterossexualidade e cisgeneridade como padrões que se devem seguir.

As tentativas de anular o público trans são inúmeras, principalmente por trazerem duas pontuações relevantes à reflexão: a condição de transitar de gênero e a necessidade de sempre estarem dentro dos estereótipos. Muitas vezes, há uma grande dificuldade das pessoas entenderem que para ‘pertencerem’ ao gênero, é necessário aceitar o gênero que lhe fora atribuído quando nascera, grande parte das vezes numa visão ligando o órgão genital a um gênero, ou que, mesmo transitando de gênero, se coloque nitidamente dentro das roupas e formas de ser homem ou mulher. Ou seja, há um atentado permanente às identidades trans. Isso pode ser visto no relato de Thomas V. B. Cardoso (2020):

Todos os dispositivos atuam para naturalizar a ideia do corpo como portador de identidade do sujeito, fazendo dele a principal barreira para a validação da nossa identidade enquanto pessoa transgênero. Este meu corpo só passou a ser um problema quando foi entendido a necessidade de mudança para que eu pudesse existir fora do meu imaginário, uma mudança que deveria ser feita para um enquadramento nos conceitos heteronormativos do que é masculino e feminino, e assim, se tornar um corpo válido (p. 206)

Considera-se, de acordo com Jeffrey Weeks (1993), que estar na condição de uma pessoa fora dos parâmetros heterocisnormativos é violar a ‘harmonia social’, ou seja, trazer à tona questões relacionadas aos fatores sexuais humanos em sua pluralidade e que geram determinado desconforto aos triviais. Por tais motivos, a transexualidade não está ligada somente ao aspecto do campo da sexualidade, mas aos princípios sociais, políticos, culturais, entre tantos outros.

A problemática do patriarcado, mencionada por Beauvoir (1949) em outras palavras, torna-se o principal fator que origina a disseminação de ideias equivocadas, como a destruição das famílias, a exaltação da homossexualidade, ódio aos homens, entre outras, representadas, atualmente, pela “ideologia de gênero”. Ou seja, colocar o homem numa situação de igualdade perante à mulher e orientá-lo a respeitar a diversidade sexual, afeta diretamente os grupos privilegiados que são detentores dos mecanismos de opressão, sendo considerado algo a ser aniquilado.

Desta maneira, pode-se dizer que, mesmo ao passar das décadas, os ideais conservadores tendem a persistir nas sociedades, e rejeitam, grande parte das vezes, as mudanças das relações sociais e maneiras de compreender o mundo. Consequentemente, para

o público conservador, há uma disseminação de uma “ideologia de gênero” nesta última década, que distorce totalmente o papel de uma educação “adequada” que deve ignorar a diversidade e o respeito às minorias.

## **1.2. TRANSCENDENDO ÀS NORMATIVIDADES DE GÊNERO: A TRANSEXUALIDADE E A VIOLÊNCIA CONTRA OS LGBTQIA+**

É importante que se entenda, antes de qualquer pontuação, os seguintes conceitos: sexo biológico, gênero e orientação sexual. Sem essas definições, é possível que haja interferências de outras perspectivas teóricas, comprometendo o entendimento desse trabalho. Para tal, Judith Butler, assim como outros autores, foram escolhidos para permearem a construção teórica acerca dessas definições, essenciais às discussões aqui presentes.

Inicialmente, é necessário identificar os termos de modo conceitual, trazendo uma perspectiva de definição em comum. Para isso, Battisti e Oliveira (2017, n.p.) apresentam que

Identidade de gênero: É como a pessoa se vê e se sente. Tem a ver com identificação. Ela pode se enxergar mulher cisgênero, homem cisgênero, transgênero, entre outros, e até não se identificar com nenhum deles.

Sexo: É uma característica biológica. Pode ser masculino, feminino ou intersexo.

Orientação sexual: É o que a pessoa sente por outra. Também está ligada à atração. Uma pessoa pode ser homossexual, heterossexual, bissexual, pansexual etc (dicionariodegeneros.com.br, acesso em 07/08/2017)

Seguindo tais definições, é importante trazer as contribuições de Butler. A autora (2000) diz que o gênero, na perspectiva normativa e de senso comum, se apresenta de forma a ser uma reafirmação de uma ou mais normas de ser e existir. Como se refere às normas, se diz que as construções sociais estão intrinsecamente ligadas ao gênero, e nesse sentido, delinea-se a estrutura performativa (gênero performativo). Essa *performance* de gênero (Butler, 2004) se refere a algo que se faz e não que se é, ou seja, o sujeito é baseado no discurso e nos atos que executa. Nessa perspectiva, é “a repetição – estilizada – dos atos que, a partir da materialização do sexo, cria o gênero, que, sendo performativo, não é um dado da

realidade que expressa ou exterioriza uma essência, nem uma identidade estável” (Battisti & Oliveira, 2017, n.p).

Concomitante às perspectivas de identidade de gênero defendidas por Butler (2004), Battisti (2017, n.p.) traz que a orientação sexual não é dependente do gênero, porém, estão ligadas intrinsecamente em suas definições. Isso ocorre pelo fato de que a orientação sexual de um indivíduo é pautada a partir do gênero que se define. Ou seja,

(...) homossexual é aquele que sente atração por alguém do mesmo gênero, heterossexual sente atração por alguém de outro gênero, bissexual sente atração por dois gêneros, pansexual sente atração independentemente do gênero. As combinações possíveis entre gênero e orientação sexual são, portanto, várias, mas orientação sexual e gênero são categorias diferentes: um homem (cisgênero ou transgênero) não deixa de ser homem, se assim se entende, por ser homossexual, por exemplo (Battisti & Oliveira, 2017, n.p.)

Dessa forma, se diz que orientação sexual e gênero estão ligados, mas não são parâmetros para definirem uma regra ou normatividade, no sentido que, por exemplo, o gênero esteja atrelado a somente um tipo de orientação. E o terceiro elemento fundamental da sexualidade, seria o sexo biológico, já definido anteriormente. Esse, volta-se “(...) às características biológicas que a pessoa tem ao nascer. Podem incluir cromossomos, genitália, composição hormonal, entre outros. Em um primeiro momento, isso infere que a pessoa pode nascer macho, fêmea ou intersexual” (Neutrois.com, 201? citado por Reis, 2018).

É necessário que se fale de identidade. Num outro modo de nomear, segundo Andrade (2012), refere-se à identificação. Tal conceituação traz a ideia de que a identificação é em tempo real, sentida e vivida pelas pessoas, de modo a proporcionar um sentimento de pertencimento à determinada esfera humana de ser. A mesma autora, diz que

O jogo da identificação é aparentemente simples: eu identifico, tu identificas, ele identifica, nós identificamos, vós identificais, eles identificam; é próprio do ser humano identificar e identificar-se. O xadrez da identidade é trans-histórico, o jogo da nomeação perpassa os tempos, os espaços e os contextos da história, mas não existe um ser humano universal, não existe uma identidade absoluta; a necessidade de identificar pode ser trans-histórica, mas a maneira como identificamos e como somos

identificados muda de acordo com a época, com o lugar, com os conflitos que perpassam a sociedade, com as ideias e com os discursos que criam, ou que ajudam a criar, novas subjetividades (2012, p. 88).

Entende-se, então, que a identidade sempre está ligada aos fatores temporais, remetendo-se aos padrões socioculturais vigentes em determinado período histórico, mas que esses anulam e afastam algumas transformações da sexualidade humana. Desse princípio, se faz necessário ressignificar a identidade sexual humana, para que diferentes formas de ser emerjam aos olhos de todos. Porque

Ao passo que vemos a identidade se transformar em um caleidoscópio ambulante, em uma metamorfose constante, percebemos que o canto dos pássaros ainda não assume a liberdade que merece, as fronteiras já não são as mesmas, as gaiolas, os viveiros e os zoológicos já possuem buracos, as portas estão quebradas, os pássaros podem improvisar o canto, mas as baladeiras estão lá, esticadas, inibindo o direito de voar. No entanto, apesar das brincadeiras, das ameaças, dos retrocessos, dos fundamentalismos, as mulheres brincam com as várias possibilidades de serem mulheres (incluindo o direito a ser lésbica), os homens brincam com as várias possibilidades de serem homens (incluindo o direito a ser gay), as transexuais brincam com as várias possibilidades de serem trans (incluindo o direito de ser heterossexual ou lésbica), as travestis brincam com as várias possibilidades de serem travestis (incluindo o direito de ser tudo em termos de sexualidade) (Andrade, 2012, p. 89).

Quebrar barreiras, desmontar estruturas discriminatórias, validar o diferente. São atitudes necessárias e que, automaticamente, vão se efetivando com o fortalecimento do público LGBTQIA+ ou quaisquer outros que fujam dos padrões hetero e/ou cisnormativos. Através de tais argumentações até aqui, pode-se afirmar que a identidade é inerente ao ser humano, já que está inserida em inúmeros contextos que a molda ou tenta, a todo custo, fazer com que as pessoas consideradas ‘desviantes’ sejam jogadas às margens.

A transgeneridade, através dos estudos na área de Educação Sexual, é uma questão importante de ser tratada pelo fato de romper as normas binárias e essencialistas de gênero (Nery & Gaspondini, 2015). Isso faz com que seja vista com maus olhos por meio de

posicionamentos conservadores e/ou preconceituosos, e a singularidade dos indivíduos é ignorada através da visão binária já pré-estabelecida.

É possível notar que existe uma cultura heterocisnormativa estabelecida nos contextos sociais como um todo. Isso pode ser observado antes mesmo de um novo indivíduo nascer, quando os pais descobrem o sexo biológico da criança e, já de antemão, estipulam estereótipos de gênero àquela criança (Bento, 2011). Ou seja, há um condicionamento direto de características masculinas e femininas ao órgão genital das pessoas.

Embora haja padrões previamente estabelecidos e valorizados pelas pessoas, é necessário compreender que pessoas são singulares e, nem sempre, são condizentes com tais condições impostas. As experiências de trânsito entre os gêneros são exemplos claros que demonstram a não predestinação de cumprir os desejos alheias atrelados as estruturas morfofisiológicas dos indivíduos. E, nesse sentido, Berenice Bento (2011) traz que

(...) Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. Esse processo de fuga do cárcere dos corpos-sexuados é marcado por dores, conflitos e medos. As dúvidas “por que eu não gosto dessas roupas? Por que odeio tudo que é de menina? Por que tenho esse corpo?” levam os sujeitos que vivem em conflito com as normas de gênero a localizar em si a explicação para suas dores, a sentir-se uma aberração, uma coisa impossível de existir. Quais os mecanismos sociais que produzem nas subjetividades essa sensação de anormalidade? Como as instituições operam para serem eficazes no seu intento de naturalizar os gêneros? Como o centro produz e se alimenta perversamente das margens? (p. 551).

O termo gênero não é exclusivo da atualidade, como já visto, embora seja amplamente discutido no cenário sócio-político atual. Não se baseia somente numa definição literal, pelo fato de contextualizar diversos momentos históricos ocorridos durante a trajetória da humanidade (Louro, 2008). A visibilidade feminina, dentro da conjuntura de discussão sobre gênero, foi de fundamental importância, pois a partir desse momento, houve discussões acentuadas acerca da imposição de papéis atribuída às mulheres e homens. Esse questionamento foi fundamental para a desconstrução do ‘determinismo biológico de

gênero’, termo pautado em preposições preconceituosas e conservadoras a respeito da sexualidade.

Por meio da perspectiva de Jesus (2012), pode-se considerar o termo ‘transgênero’ como um ‘guarda-chuva’ que engloba um grande grupo de pessoas que não se identificam com o gênero e expressões que lhes foram atribuídos ao nascer. Ou seja, há certa inquietação em aceitarem os padrões de gênero instituídos historicamente, principalmente pelo fato de não sentirem que aquela imagem criada corresponde ao que realmente se identificam.

Louro (1997), através da reflexão sobre uma imposição de papéis aos gêneros, discute que as pessoas são coagidas a seguirem comportamentos, vestimentas, modos de se relacionarem e portarem, entre tantas outras obrigações, para possam ser consideradas de acordo com seus gêneros. Nesse sentido, a mesma autora traz que

(...) Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. Ainda que utilizada por muitos/as, essa concepção pode se mostrar redutora ou simplista. Discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos parece remeter a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais. As desigualdades entre os sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das interações face a face. Ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros (1997, p. 24).

Transpondo a ideia de estereótipos de gênero para a escola, pode-se dizer que, por muito tempo, a escola foi vista como um espaço com a função de doutrinar corpos e regulá-los para o mercado de trabalho (Foucault, 1987 citado por Peres, 2010). Tal fato, reforçava padrões de comportamentos para ambos os sexos biológicos e, conseqüentemente, ao gênero feminino e masculino, de modo que houvesse um enraizamento social e uma insistência de crenças e parâmetros muito resistentes às novas expressões existenciais emergentes (Peres, 2010). Isto é, gerou-se uma grande dificuldade de mudanças de paradigmas curriculares e práticas escolares.

Muito se fala de diferença e diversidade no contexto escolar, pois “não se trata de ‘saber conviver’, mas considerar que a humanidade se organiza e se estrutura na e pela diferença” (Bento, 2011, p. 556). Nessa perspectiva, o preconceito aos transgêneros não se resume em visualizar tais pessoas como diferentes, mas sim, como àquelas que divergem ao que é considerado naturalizado e comum.

Bento (2011) traz que pesquisas realizadas (Carrara & Ramos, 2005, p. 80) durante as paradas do Orgulho LGBT apontaram que 26,8% de 629 entrevistados/as foram marginalizados/as por professores/as ou colegas na escola ou faculdade. Quando a faixa etária diminui, esse percentual aumenta. Nesse sentido, a pesquisa traz que “nada menos que 40,4% dos adolescentes entre 15 e 18 anos foram vítimas dessa experiência [marginalização/discriminação]. Entre jovens de 19 e 21 anos, 31,3% referiram-se a discriminações na escola ou na faculdade”.

Exclusivamente ao público trans, as estatísticas não são positivas. Uma reportagem feita pelo Correio Braziliense traz uma pesquisa que revela dados preocupantes, já que

Com um ambiente tão hostil, é quase um milagre que um adolescente transgênero termine o ensino médio. Pesquisa conduzida pelo defensor público João Paulo Carvalho Dias, presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), estima que o país concentre 82% de evasão escolar de travestis e transexuais, uma situação que aumenta a vulnerabilidade dessa população e favorece os altos índices de violência que ela sofre (Cunha & Hanna, 2017).

Peres (2010) diz que a aversão ao diferente pode ser explicada pelo fato de que a identidade de gênero é erroneamente compreendida. Essa, muitas vezes, é confundida entre as pessoas, que acreditam que sexo biológico e o gênero são a mesma questão, limitados à uma visão anatômica e biológica, baseada na perspectiva fisiológica genital e moralista.

Nessa perspectiva, para melhor compreensão da temática e complementar o que já foi dito, pode-se considerar os gêneros como atributos de “masculinidades e feminilidades que se materializam nos corpos através de discursos disciplinares e regulatórios, sendo usados para designar as relações sociais entre os sexos” (Peres, 2010, p. 61). Pela atribuição de tais características, é inevitável o estabelecimento de traços de poder entre os gêneros, de maneira que se impõe o que seria de ordem do masculino e do feminino, descartando quaisquer expressões que fujam dos contornos definidos como norma binária dos gêneros. E, com isso,

as pessoas presas às verdades absolutas e binarizantes de gênero, quando entram em contato com outras que fogem desses padrões, angustiam-se e são promotores de preconceitos, discriminações e exclusões (Peres, 2010).

Dentro do âmbito escolar, é importante ressaltar que o número de jovens transgêneros é reduzido quando comparado aos cisgêneros, sendo eles de quaisquer orientações sexuais. E a relevância da Educação Sexual nesse contexto é gigantesca, pelo fato de abordar as questões de identidade de gênero e permitir com que essas diferenças sejam superadas no convívio escolar dos alunos (Silva, 2011).

O ambiente escolar, assim como qualquer outro contexto que reúna pessoas de diferentes origens, é propício para que haja conflitos que, muitas vezes, tornam-se violência. Essa pluralidade de culturas é pivô de muitos problemas, pelo fato dos estudantes nem sempre estarem dispostos a entender a diversidade existente dentro da escola.

A violência pode ser considerada um dos maiores problemas enfrentados no âmbito escolar, e, por meio dela, todos os limites estabelecidos nas relações interpessoais são ultrapassados, gerando grandes problemas para o processo ensino-aprendizagem (Santos, 2008). E para conceituar ‘violência’ demanda-se um grande esforço, pelo fato da mesma se manifestar de formas variadas, sendo objetiva ou subjetivamente. Nesse contexto, é inevitável dizer que na escola há segregação de grupos e as manifestações mais inusitadas da violência.

Santos (2008) diz que a violência é um dos fatores que mais deixa marcas negativas na experiência escolar. É um assunto que faz parte de muitas conversas, planejamentos, reuniões e debates na maioria das escolas, e, muitas vezes, a mídia reforça a visão de que este ambiente é violento. E, também, suas causas podem ser tão enraizadas e subjetivas, que não é possível detectar com precisão e imediatismo o porquê de uma agressão estar ocorrendo.

O diálogo na escola entre gestores, professores, funcionários e alunos se faz necessário para que sejam detectados os problemas geradores da violência, evitando que aconteçam. Tentar apenas solucionar as questões adjacentes, pode ser equivocado e tardio. E, além disso, ouvir as vítimas nessas situações é de suma importância para que se possa observar quais são os fatores mais recorrentes no contexto escolar e quais intervenções serão necessárias para resolvê-los (Debarbeaux & Blaya, 2002 citado por Santos, 2008).

Um aspecto marcante na cultura escolar é o Bullying, que se manifesta de diversas formas, tendo como consequência a segregação entre os alunos. Carvalho (2010) apresenta duas formas de bullying: direta e indireta. A forma direta é objetiva, ou seja, ocorre de forma visível. Consiste em agressões físicas e verbais. E a forma indireta, consiste na invenção de

boatos desagradáveis, no intuito de promover a exclusão daquela pessoa do meio social, sendo essa forma a mais cruel, que causa os maiores problemas nas crianças e nos adolescentes por se tornarem íntimas e de difícil acesso.

Mesmo diante das construções acerca do gênero e suas peculiaridades nesse trabalho, torna-se necessário trazer termos fundamentais e atuais em que a transexualidade está inserida. Nesse sentido, a violência contra as pessoas transexuais/transgêneras apresenta a terminologia “Transfobia”, que se torna específica desse público. É diferente de outros tipos de violência dentro da comunidade LGBTQIA+, pelo fato de que a transexualidade envolve fatores estritamente ligados ao gênero e sexo, não à orientação sexual, de modo geral.

Para que se entenda, especificamente, sobre a transfobia, Torres (2012) traz a contribuição que: “os estigmas que as marcam possibilitam nas dinâmicas sociais modos específicos de violência e humilhação, algo que tem sido definido principalmente na esfera pública e no movimento social de LGBT como transfobia” (p. 43). Também, menciona que “(...) a transfobia gera a desclassificação de seres humanos por relações de humilhação e justificação da violência de gênero” (p.47). Através dessas colocações, trata-se a transfobia como um fenômeno de violência causado pela não aceitação das divergências sexuais que afetam o padrão heterocisnormativo.

Nesse sentido, a Educação Sexual é de grande importância quando o assunto é a discriminação relacionada à sexualidade, pois cumpre o papel de conscientizar a respeito da diferença entre as pessoas e a pluralidade de formas sexuais. Além disso, tem por objetivo excluir comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência, em função do sexo ou orientação sexual, e isso deve ocorrer em todas as etapas do aprendizado e em qualquer área do conhecimento, de modo transversal ao currículo (Brasil, 1999).

E como é visto o público LGBT dentro do cenário da Educação Sexual na escola? Alves (2013) diz que, muitas vezes, com certa invisibilidade que se estende ao currículo, livro didático, discussões e abordagens da escola. Ou seja, é um paradoxo, como diz Junqueira (2009, p.30): “Como alguém que não pode existir, nem ser visto, ouvido, reconhecido, respeitado e tampouco amado pode ser odiado?”. Desta maneira, as discussões sobre homossexualidade, bissexualidade, transexualidade/transgeneridade, entre outros assuntos, tornam-se fantasmas quando a sexualidade é abordada dentro da escola.

O espaço escolar é regado de modelos sociais de exclusão que são constantemente reiterados por meio de ações violentas e supressoras, tornando complicada a socialização dos alunos. Como diz Alves (2013, p. 02), “práticas que legitimem as identidades de gênero na

educação assumem uma estratégia fundamental de democratização do acesso público e do reconhecimento social”. Deste modo, por meio de políticas públicas de inclusão na escola instituídas em documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), promove-se meios para que haja democratização e fortalecimento dos direitos humanos.

Os termos Inclusão ou Inclusão Escolar, utilizados nesse trabalho, se remetem à ideia de inserir um indivíduo totalmente no contexto da escola, em que faça parte da mesma, sendo respeitado por suas diferenças. Também, que as políticas da escola proporcionem possibilidades para que tais diferenças sejam superadas no cotidiano, permitindo a equidade com outras pessoas. Mesmo tendo origem nas discussões sobre a Educação Especial, a inclusão faz parte de um processo inerente a todas as pessoas. Para embasar esse posicionamento, são trazidas as contribuições da autora Maria Teresa Eglér Mantoan (2003).

Mantoan (2003, p. 18) aponta que a “(...) escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa auto-estima resultante da exclusão escolar e da social (...)”. Os motivos para esse fracasso são muitos: pobreza, discriminação, trabalho infantil, entre outros. Portanto, tornar-se uma pessoa excluída advém de um processo baseado numa estrutura socialmente construída para tal, ou seja, os padrões construídos historicamente afastam e rejeitam os seres que destoam de características consideradas comuns e aceitáveis.

Superar esses cenários excludentes na escola e fora dela, não é uma tarefa fácil. Quais os mecanismos para isso? Mantoan (2003, p. 18) traz que

A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas — sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim.

Nesse sentido, garantindo um significado mais amplo ao termo Inclusão, traz-se a denominação de Inclusão Social. Essa, garante que todas as pessoas historicamente discriminadas sejam inseridas de fato em sociedade, como negros, indígenas, pessoas com

deficiência, homossexuais, travestis, transexuais e transgêneros, assim como aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como moradores de rua e pessoas de baixa renda. Para isso, a Declaração Universal de Direitos Humanos e Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), garantem legalmente esse movimento, trazendo parâmetros e leis que protegem as minorias dos processos de exclusão.

### **1.3. EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: APONTAMENTOS NECESSÁRIOS**

A tentativa de definir o que significa a Educação Sexual (Silva, 2012) para o contexto dos estudos das ciências e a reflexão sobre como esse movimento se deu não é tão simples, como se imagina. Foram inúmeros eventos que formaram o que se conhece hoje sobre a abordagem da sexualidade humana em contextos educativos. Mas, sob qual perspectiva e fatores temporais, essa definição foi posta? É necessário desmistificar concepções generalistas do surgimento e desenvolvimento da sexualidade como objeto de pesquisa em diferentes áreas.

O primeiro elemento importante dessa discussão é entender que a sexualidade humana tem, impreterivelmente, fatores biológicos e sociais. Não é possível compreendê-la de forma distinta, separando esses dois aspectos fundamentais. Um fator altera o outro, mesmo que indiretamente. E nesse sentido, é necessário compreender que, embora os estudos científicos abordem apenas de uma perspectiva na maioria das vezes, não é possível hierarquizar conhecimentos sobre sexo e sexualidade (Heilborn & Brandão; 1999).

E qual o termo correto? Educação Sexual, ciência sexológica, sexologia, sexualidade ou outro termo? Não existe a dominância de um conceito, já que todos representam uma mudança temporal, conceitual e terminológica da expressão, sendo representadas pelo entendimento da temática em diferentes contextos culturais (Loyola, 1998).

Ribeiro (2009) traz que as ciências sexuais/sexológicas foram fruto da inserção da sexualidade como objeto de estudo das ciências médicas, de maneira que os aspectos anatofisiológicos fossem priorizados e a prática sexual tornou-se monitorada como um ato que devesse ser feito apenas para reprodução humana. Ou seja, o ato sexual foi isolado de outros aspectos da sexualidade humana, tornando-se passível de julgamentos moralistas e higienistas (Boarini, 2003).

Ribeiro (2009) traz que houve uma incorporação da temática por parte da medicina, tornando-a objeto de estudo e possibilitando ser um mecanismo higienista-eugenista, já que se separou a biologia sexual da vivência sexual em sociedade. O mesmo autor, ressalta que durante o século XX:

A Medicina (...) voltou-se para a sexualidade e a normatizou, transformando interditos e regras sexuais em postulados científicos. O erotismo cedia lugar à Biologia da Reprodução e as práticas sexuais passaram a ser reguladas a partir de seu objetivo maior (ou único): a reprodução. Foi veiculada a crença nos perigos da perda de sêmen, a crença científica de que toda ejaculação depauperava o indivíduo, o que implicava em se acreditar que o sexo deveria ser evitado ao máximo para o maior benefício da sociedade. Por exemplo, dizia-se que a perda do esperma e a masturbação levariam o indivíduo à loucura e provocariam doenças da pele e tuberculose; e que as mulheres eram assexuadas e não tinham orgasmo (2009, p. 122).

Um fator desfavorável em relação à visão médica/biologista é que o conhecimento construído nessa área esteve munido de preconceitos e a forma restrita de produzir ciência nesse período. Segundo Porter e Teich (1998), pode-se dizer que tornar o sexo em ciência, demandou enquadrá-lo em procedimentos de pesquisa, que ignora formas diferentes de ser e categoriza pessoas de acordo com seus aspectos puramente físicos. Além disso, elitizou-se a expressão desse saber somente para os detentores dos mecanismos científicos e tecnológicos, apartando-o da cultura popular.

Já a denominação ‘sexualidade’ tornou-se importante e possível com a inserção da temática nas ciências humanas, que foram precursoras dos processos reflexivos e isolados, de certa forma, das características biológicas. Esse movimento trouxe com grande intensidade às discussões sobre gênero, principalmente com o advento das intensas discussões feministas que propuseram a igualdade de gênero no século XX. O olhar biológico se afastou da discussão principal da sexualidade e abriu espaço para que os conhecimentos das humanidades reintegrassem o corpo com as formas de ser (Heilborn & Brandão; 1999).

Um aspecto importante que as ciências humanas trouxeram, foi desmistificar as imposições das ciências biológicas, no sentido que a segunda desconsidera que seres humanos sejam munidos de regras sociais e imposições morais (Heilborn & Brandão; 1999). Um exemplo, é a questão do instinto, que, biologicamente, pode justificar determinadas

atitudes como ‘naturais’, porém as humanidades quebram com essa ideia, trazendo que aspectos culturais podem ser os protagonistas de alguns comportamentos e não, a biologia somente. Há, nesse ponto, um entrave muito comum: a sexualidade é mais objeto da biologia ou das humanidades? Diz-se, portanto, que não há ‘pesos’ diferentes, mas situações específicas passíveis de uma análise mais aprofundada dessas áreas.

Diz-se que a sexualidade só constituiu a Educação Sexual (Silva, 2012), a partir do momento em que se observou a importância dessa temática dentro dos contextos escolares, pois educar para entender o sexo e seus desdobramentos, vai muito além da informalidade e propagação da cultura, exige-se uma preparação conceitual e formal, também. E dessa maneira, a transversalidade da orientação para a sexualidade na escola é fundamental, já que está presente em todas as disciplinas e contextos.

É importante salientar que Educação Sexual não é um tipo de conhecimento que serve de base para todos os outros, mas o inverso, em que diversas áreas das humanidades e biológicas alicerçam seu desenvolvimento. Ou seja, o estudo da sexualidade se materializa num conjunto de múltiplos conhecimentos, permitindo com que seja influenciado pelas mudanças dessas outras áreas. Essa característica permite dizer que quaisquer mudanças em outras áreas de conhecimento, também influenciam na Educação Sexual, podendo ser, por exemplo, a mudança de alguma nomenclatura, a substituição de algum conceito, a descoberta de uma nova IST, etc.

Torna-se fundamental que uma educação sexual se efetive na escola, já que abre caminhos para as discussões acerca da sexualidade humana e seus desdobramentos. Para isso, esse trabalho assume a definição de Ricardo Desidério da Silva (2012) para a Educação Sexual, trazendo que

A Educação Sexual na escola é hoje uma necessidade a ser efetivada tanto nas discussões políticas, quanto nas ações e concretização de sua prática. Ao dizer Educação Sexual estamos nos referindo a toda ação contínua, em um processo de interação humana pelo qual, inserido em uma cultura, uma história e uma política, nos leva a pensar na construção de um sujeito ativo frente às informações, aos desejos, às necessidades básicas sobre seu corpo, seu funcionamento e organização. Assim, tal sujeito pode dialogar, ter voz ativa e poder expressar suas opiniões, respeitando as opiniões do outro e significativamente percebendo a sexualidade como algo positivo

em sua vida, sem medos, tabus e/ou receios em poder/querer aprender sobre tudo que se passa a sua volta durante toda sua vida (p. 20)

A partir desse caminho, entende-se a importância da Educação Sexual como instrumento para alcançar o autoconhecimento sexual e, a partir desses esclarecimentos, compreender as singularidades da sexualidade do outro também. Num cenário escolar, em que as questões sexuais estão sempre afloradas, sejam manifestadas de modo explícito ou disfarçadas entre sussurros nos corredores, trazer reflexões sobre a temática pode ser uma força de superação das discriminações e da violência.

É comum presenciar em contextos escolares, muitos professores que ainda se tornam resistentes ao estudo e compreensão da sexualidade humana, principalmente quando se refere ao gênero (Reis & Vilar, 2004). Embora ser professor necessite de maior flexibilidade de aprendizagem em diferentes conteúdos pedagógicos, não há garantia que suas práticas docentes sejam embasadas em princípios éticos, morais e inclusivos.

No cotidiano da escola, o professor enfrenta inúmeras situações em que as questões de gênero são o ponto central da discussão, e por este motivo, deve ser o agente mediador das reflexões acerca da temática e não o promotor de estereótipos discriminatórios. E isso também está ligado às associações que muitos docentes têm em relação aos seus próprios corpos, em que se acomodam com suas determinações sociais de gênero, não sendo protagonistas do declínio do modelo conservador (Jardim & Brêtas, 2006). Neste contexto, Jardim e Brêtas (2006) trazem em seu estudo que

Os professores (...) mostraram-se inseguros com o seu conhecimento e prática nos conteúdos de orientação sexual, restringindo-se apenas aos conteúdos dos livros de ciências e biologia que se resumem na anatomia e fisiologia da reprodução e temas tradicionais da adolescência como a prevenção da gravidez e das DST<sup>6</sup>/AIDS<sup>7</sup> (p. 157)

---

<sup>6</sup> O termo DST (Doença sexualmente transmissível) foi atualizado para a terminologia IST (Infecção sexualmente transmissível). A mudança ocorreu devido à conceituação equivocada de que toda IST era uma doença (apresenta sintomas visíveis), assim como, o peso social do termo 'doença' que gerava processos discriminatórios e preconceituosos às pessoas que apresentavam uma IST.

<sup>7</sup> No caso dessa citação em específico, utiliza-se o termo AIDS separadamente. Hoje, a terminologia correta seria HIV/AIDS, pelo fato de que não se pode desconsiderar a presença do vírus (HIV) para manifestação da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

A Educação Sexual vem como uma ferramenta para problematizar os padrões sexuais de gênero e orientação, impostos socialmente, possibilitando que a escola seja um espaço de reflexão e promoção da pluralidade humana (Silva, 2012). Para tanto, deve fugir da ideia de determinismo biológico, sendo passível de gerar afronte aos grupos majoritários, pois compromete todo esquema de mecanismos sociais que reprimem e marginalizam os grupos minoritários. E o professor deve ser o agente realizador dessa Educação Sexual, independente da área de atuação dentro da educação básica e até superior.

Para que haja qualquer tipo de familiaridade com a temática, é necessário realizar uma boa formação dos professores durante os cursos de graduação e até mesmo nas formações continuadas, pois o desenvolvimento dessa sensibilidade depende da interação com situações específicas e respaldo intelectual. Desta maneira, se diz que

A Educação Sexual requer do educador competências científicas, pedagógicas, embasamento teórico, conhecimento histórico, maturidade afetiva e valores éticos e estéticos, e consideramos que a maior lacuna a ser enfrentada e superada para que possamos realizar projetos e trabalhos de Educação Sexual Escolar, seja a formação inicial, ou seja, a ausência de disciplinas obrigatórias na grade curricular que tratem da construção cultural da sexualidade, além da compreensão biológica, pois desta forma estaríamos garantindo um espaço de formação (Bonfim, 2009, p. 174).

Desta forma, a sexualidade, que é o objeto de estudo da Educação Sexual, se ressignificou muito além do contexto escolar, trazendo os conhecimentos sobre o corpo humano e sua inserção na sociedade, além de tantos outros aspectos, fundamentais para se entender diversos mecanismos sociais.

#### **1.4. OS RECURSOS MIDIÁTICOS COMO MEIOS DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA**

Pensando no contexto das situações vividas dentro de uma sala de aula e que, as informações são/estão para além dos muros da escola, como será que a mídia reproduz as temáticas atreladas a diversidade sexual? Qual a perspectiva abordada? Preconceitos, normatividades e discriminações são representados ao grande público? Este capítulo pretende

esclarecer qual a relação dos recursos midiáticos com a diversidade na escola, afim de entender a importância de transformação de dados de pesquisa em mecanismos de visualização para o grande público.

Adriane Roso et. al. (2002, p 76), baseada na obra de Thompson (1995), traz que existem cinco características importantes quando se pensa numa produção midiática e os objetivos que espera alcançar, sendo eles:

A primeira, é que elas são sempre intencionais, querendo dizer que são sempre a expressão de um sujeito para outro. A segunda, é que elas são convencionais, ou seja, a produção, a construção ou o uso delas, bem como a interpretação das mesmas, são processos que envolvem regras, códigos ou convenções. A terceira característica é que elas são estruturais, isto é exibem uma estrutura articulada e, ao fazermos a análise da estrutura, devemos investigar não somente seus elementos específicos, mas também suas inter-relações. A quarta característica é seu aspecto referencial, já que as construções representam algo, referem-se a algo, dizem algo sobre alguma coisa. A quinta e última característica é o seu aspecto contextual, pois as formas simbólicas são sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas.

Desta forma, pode-se dizer que todo recurso midiático se coloca de forma a ter um sentido de produção e um objetivo claro que pretende alcançar, e, com isso, discursos e símbolos estão embutidos em suas produções, fazendo com que algumas mensagens sejam consolidadas e ressignificadas na estrutura cognitiva de cada pessoa. E, por isso, é necessário considerar a não neutralidade das produções audiovisuais, já que todo objetivo pretende alcançar uma atitude, sentimento, formação de opinião, etc.

A “Educação Audiovisual da Sexualidade”, termo defendido por Ricardo Desidério da Silva (2012) em sua tese, traz o conceito de que os recursos midiáticos audiovisuais têm a capacidade de educar a quem assiste. O mesmo, também afirma que antes de uma pessoa assistir à uma produção, ela já apresenta um arcabouço de ideias sobre o assunto, e quando ocorre a interação do audiovisual com o sujeito, tudo ganha movimento e se ressignifica, pois objetos, assuntos e personagens “(...) vão tomando conta, expressando-se em imagens e palavras, valores e mensagens diversas que podem se mostrar em suas narrações e/ou figuras morais e modelares de virtudes e até vícios – signos da realidade” (pp. 46-47). Desta forma,

assistir a uma produção gera conflitos internos que podem ser reforçadores ou desestimuladores de estereótipos, preconceitos, normatividades, etc.

A mídia apresenta uma grande força no cotidiano das pessoas, principalmente no último século, já que pode influenciar e moldar visões pela repetição intensa de estímulos visuais e/ou auditivos. Como diz Ricardo Desidério da Silva (2012),

Assim como o cinema, a família, os amigos, a cidade, a escola, a igreja e a própria mídia, os vídeos possibilitam, através de sua projeção oral e figurativa das coisas, uma educação por meio dos valores atribuídos a cada uma dessas coisas que são/estão inseridas no mundo, o que nos permite apreender suas características mais detalhadas e importantes (pp. 45-46)

É fundamental que se entenda que as produções audiovisuais, hoje, são importantes para as sociedades, já que trazem manifestações da cultura vigente. Nesse sentido, também, é essencial compreender a velocidade em que as novas tecnologias se estabelecem, fazendo com que essas construções midiáticas se tornem “uma poderosa instância de produção do conhecimento” (Felipe, 2006, p. 254).

A identidade dos sujeitos, a partir dos discursos produzidos pela mídia, pode receber uma significativa contribuição em sua formação, já que os discursos, muitas vezes, produzem verdades absolutas ou efeitos de discurso, mesmo que subjetivamente (Felipe, 2006). É comum que a televisão, através de filmes, seriados, propagandas e outras produções audiovisuais, tragam formas de vestir-se, portar-se e sentir-se, trazendo a ilusão de uma sociedade ‘perfeita’ em que todos devem se moldar de determinada forma para caberem nela. E, no que se refere à sexualidade, grande parte das vezes, esses padrões são heterocisnormativos, colocando a diversidade humana às margens.

Pensando nas produções midiáticas e seus efeitos, assim como na velocidade de disseminação desse conteúdo, Rosa Fischer (1999, p. 18) traz que

Se considerarmos que a mídia, hoje, é responsável por um imenso volume de trocas simbólicas e materiais em dimensões globais, abre-se para a educação um novo conjunto de problemas, numa dinâmica social que exige não só medidas urgentes por parte das políticas públicas educacionais, mas igualmente uma reflexão mais acurada sobre as relações entre educação e cultura (...)

Pensando nos pressupostos trazidos anteriormente, para a escolha do modo de produção audiovisual do material secundário dessa dissertação, fora necessário entender os diferentes tipos de apresentação dos mesmos. Como o objetivo do vídeo produzido foi de alcançar o público escolar, podendo ser estendido para o público no geral, considerou-se importante ressaltar o protagonismo de uma pessoa trans por meio de um documentário biográfico. Desse modo, houve uma aproximação de um caráter biográfico ao documentário, afim de registrar e difundir a história vivida pela protagonista, já que

(...) a construção biográfica encontra, na linguagem cinematográfica, um cenário ideal para sua realização. No cinema, conseguimos perceber os entreatos, enxergar o silêncio, olhar a parte e identificar o todo. Talvez, esteja aí a especificidade da linguagem audiovisual que confere uma forma privilegiada, em relação a outras linguagens, como a da Literatura, por exemplo, de revelar a vida em várias de suas dimensões, a partir de imagens e sons articulados (Cruz, 2010, p. 202).

Também, Cruz (2010), complementa:

(...) num mundo marcado pela dispersão, multiplicidade, efemeridade e mobilidade, a biografia e, especificamente, os documentários biográficos ganham um significado especial, um lugar relevante na atribuição de sentido à realidade e à história social e, por que não dizer, pessoal de cada um de nós. São como “âncoras” que nos ajudam a encontrar terra firme sob águas agitadas. A arte de construir uma biografia no cinema permite ao cineasta experimentar um mergulho em outra vida, com todas as suas faces e arestas, para reconstruí-la e oferecê-la, na tela, ao público, para que este teça sua própria construção. O espectador é transportado numa viagem onírica, na espetacular experiência de ir ao encontro do outro e de mais uma história (p. 203).

De tal modo, optou-se pela produção audiovisual de um documentário biográfico, afim de aproximar o espectador da realidade da protagonista, gerando um aspecto afetivo e reflexivo acerca de sua história, potencializando o propósito dessa obra. E, conjuntamente, proporcionar um material mais próximo da realidade, sem interferências significativas dos

processos de sua produção, tornando-o autêntico e representativo, de acordo com as proporções das produções midiáticas.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DO TRABALHO

Esse trabalho justifica-se pela relevância em abordar a condição social das pessoas trans<sup>8</sup> no âmbito escolar, em que refletir sobre os processos discriminatórios e a possível evasão escolar de pessoas trans é contribuir para a visibilidade e respeito aos direitos civis de permanência escolar instituídos na legislação brasileira. A escola deve ser um espaço de igualdade e inclusão, não perecendo de apoio às diversidades, assim como traz a Constituição Federal (1988), pautada no artigo 206, inciso I em que todo aluno deve ter “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Deste modo, os resultados dessa pesquisa podem ser úteis na esfera pública, clarificando melhor a temática.

Pode-se dizer que esse trabalho teve por objetivo geral, identificar e analisar as problemáticas do público trans na região de Araraquara-SP durante sua vivência escolar. Também, entender os impactos sociais causados pelo padrão heterocisnormativo dentro do contexto escolar. Nesse sentido, esse trabalho apresenta como objetivos específicos: investigar as experiências de pessoas trans acerca de suas trajetórias escolares; identificar quais as condições que podem dificultar a permanência do público trans na escola; entender como a violência, em todas suas formas, influencia/influenciou na convivência escolar dos(as) participantes; elaborar um material audiovisual, especificamente um documentário biográfico, como produto secundário da dissertação de mestrado, no intuito de conscientizar a população acerca da transfobia na escola e tornar público o conteúdo dessa pesquisa, em devidas proporções.

## 3. MÉTODO

---

<sup>8</sup> Assim como no trabalho de Luma Andrade (2012), também foi optado por utilizar o termo *trans*. Já que “(...) prefiro utilizar a expressão universo trans em razão de sua propriedade de ampliar o leque de definições possíveis no que se refere às possibilidades de —transformações do gênero. Essa denominação pretende abranger todas as —personificações de gênero polivalente, modificado ou transformado, não somente aquelas das travestis.” (Benedetti, 2005, p.17).

Essa pesquisa se configura como de abordagem qualitativa, pelo fato de trazer uma maior exploração dos dados das entrevistas, não cabendo uma análise em quantidade. A pesquisa qualitativa tem a característica de ser uma forma de orientar o observador no mundo, a partir de seu ângulo de análise. Esse tipo de pesquisa faz com que um conjunto de informações advindas de notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, anotações pessoais, entre outros, torne-se uma grande abordagem referente a um assunto, que será sustentado pelo referencial teórico escolhido. Nessa perspectiva, a pesquisa qualitativa pós-moderna se baseia numa abordagem em que há uma relação estrita entre a interpretação do mundo (local de pesquisa) e a variação de práticas interpretativas (Denzin, 2000; Lincoln, 2006).

Bogdan e Biklen (1994) ressaltam os diversos obstáculos que são encontrados durante a realização da pesquisa qualitativa. Um deles é a permissão para que se possa realizar o trabalho no local desejado, tanto para a utilização de recursos materiais (livros, documentos), quanto para as informações provenientes do contato do pesquisador com os sujeitos de pesquisa. Esses momentos devem ser negociados com os indivíduos e o local de pesquisa, mediante autorizações. Também, outra situação que deve ser pautada, é a familiaridade do pesquisador com a sua pesquisa e seu espaço de coleta de dados. O investigador qualitativo deve aprender a desempenhar esse papel, assim como faz em qualquer outro papel na sociedade, porque não se envolvem apenas aspectos técnicos, mas o sentimento de autenticidade e firmeza à essa nova condição.

Desse modo, é comum dizer que o investigador desenvolve empatia e se cativa de fato com a pesquisa, pois essa se torna parte do seu cotidiano. E na área de educação, como essa pesquisa pode ser desenvolvida diretamente com alunos, gestores e funcionários da escola, é possível que se crie afetividade entre os sujeitos. Porém, esse fator não deve estar projetado dentro da pesquisa, principalmente na análise de dados, pois é provável que haja certo enviesamento, o que é prejudicial para os resultados finais (Bogdan & Biklen, 1994).

Para que se obtenham dados acerca da pesquisa pretendida, é necessário conhecer os instrumentos de coleta desses. Bogdan & Biklen (1994) dizem que essas ferramentas são de fundamental importância para que as informações obtidas possam ser interpretadas nas mais variadas perspectivas, de modo que representem toda trajetória pelos espaços em que se desenvolve a pesquisa. Ou seja, são os dados que servem como base para fortalecer a argumentação do trabalho, conectando a teoria ao mundo empírico.

Os instrumentos de coleta de dados podem apresentar diversas formas, desde os que incluem afetividade até as que são puramente isentas desse sentimento. Nessa perspectiva, pode-se dizer que métodos fiéis à realidade podem ser transcrições de entrevistas ou aulas, filmagens, fotos e documentos oficiais, e os que estão entrelaçados com julgamentos ou sensações, podem ser notas de campo e diários (Bogdan & Biklen, 1994). Em ambos, devem-se respeitar os critérios básicos para que a pesquisa contenha dados efetivos e confiáveis.

Os dados são aqueles responsáveis por representarem um objeto de estudo, de modo ao descrevê-lo da forma mais real possível e que, a partir de um ângulo de observação escolhido, será interpretado e julgado de acordo com o objetivo do trabalho (Gerhardt & Silveira, 2009). Nesse sentido, diz-se que é necessário

[...] registros confiáveis do trabalho de campo e de construir materiais empíricos válidos, que possam ser tomados como fonte para a compreensão de determinado fenômeno e/ou problema de pesquisa, o que determina a adoção de procedimentos e recursos (Garcez et al., 2011, p. 251).

A variedade de formas de coleta de dados é grande, porém nem todas cabem numa determinada proposta. Nesse trabalho, a ferramenta de pesquisa mais viável foi a entrevista. O passo inicial para uma obtenção completa dos dados é a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice I), que é o documento que explicita todas as intenções da pesquisa e garante anonimato aos entrevistados. Após assinatura do TCLE, foram realizadas as entrevistas, a partir dos modelos definidos pelo pesquisador (Apêndices II e III).

O método de entrevista pode ser definido como uma “(...) técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção de dados que interessam à investigação” (Gil, 1999, p. 117). Além disso, esse instrumento de coleta de dados é conveniente quando se espera conhecer as experiências e concepções de mundo do entrevistado, além de suas sensações e perspectivas acerca do tema abordado.

A modalidade de entrevista escolhida para essa pesquisa foi a semiestruturada, ou seja, houve um roteiro de perguntas (Apêndices II e III) e o entrevistado pôde falar, de certa forma, mais livremente sobre suas experiências. Desse modo, permitiu-se maior grau de

liberdade para que o entrevistado pudesse se expressar e o entrevistador explorar mais informações, sem que houvesse fuga das informações que se esperou obter (Trivinos, 1987).

Foram entrevistadas 8 pessoas, todas pessoas trans. Deste total de pessoas, 6 não estavam mais matriculados na escola, sendo de diferentes idades, e duas estavam matriculadas no ensino médio de diferentes escolas. O local de pesquisa foi a região de Araraquara-SP para todos os entrevistados, e os que eram alunos, estavam matriculados em escolas municipais, estaduais ou federais, ou seja, em escolas públicas.

O critério definido para a seleção dos entrevistados foi a obrigatoriedade de se afirmarem como pessoas trans naquele momento, que tinham passado ou estiverem passando pelo processo de transição de gênero e/ou sexo biológico. Há um menor número de pessoas que estejam regularmente matriculadas no ensino médio, pelo fato de serem menores de idade e necessitarem da autorização de seus responsáveis para participarem da pesquisa, além de que o processo de transição de gênero durante a adolescência depende de inúmeros fatores e esses podem causar constrangimentos durante a entrevista. Desta maneira, entrevistar um maior número de pessoas na maioridade foi mais viável para que houvesse maior êxito no alcance dos objetivos colocados em cada pergunta da entrevista, e o contraste entre diferentes gerações foi essencial para que houvesse a possibilidade de indicar quais as mudanças na realidade escolar.

Após coletar os dados por meio dos métodos apresentados e sistematizá-los de modo que fosse possível visualizar o que se poderia utilizar e quais as melhores formas de fazer isso, chegou-se na próxima etapa. Essas informações devem fazer sentido e justificarem a proposta de pesquisa, de modo a apresentarem os aspectos negativos e positivos dessa abordagem. Para isso, foi necessário adentrar mais profundamente nos dados, reconhecendo tendências, concepções, subjetividades e diversos outros fatores (Gerhardt & Silveira, 2009). Nesse sentido, a pesquisa

[...] representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens (Bardin, 1979, p.42 citado por Gerhardt & Silveira, 2009, p. 84).

É possível analisar os dados de diversas formas dentro de uma pesquisa qualitativa. Para dar sentido à Análise de Conteúdo, metodologia escolhida para o trabalho, foi necessário olhar para as temáticas embutidas nos dados e proporcionar uma perspectiva à elas que contemplasse o trabalho. E para que isso ocorresse, tornou-se indispensável observar e ressaltar as relações existentes entre o referencial teórico e os dados (Gerhardt & Silveira, 2009).

A Análise de Conteúdo, trazida por Laurence Bardin (1977), constitui-se como um método de análise utilizado para descrever e interpretar o conteúdo de um conjunto de dados. Essa análise, por sua vez, apresenta descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, em que é possível reinterpretar as mensagens, chegando num nível de compreensão que vai além de uma leitura comum.

Nesse sentido, Bardin (2007, p. 37) traz que a Análise de Conteúdo se baseia em

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

É importante salientar que esse método de pesquisa busca, também, significar o campo das investigações sociais, representando bem mais do que uma simples técnica de análise de dados. Ou seja, representa uma abordagem metodológica com características e caminhos únicos. Dessa maneira, por mais que seja considerada um único instrumento de pesquisa, é notada por uma grande variedade de formas e adaptável aos vários campos de aplicação (Bardin, 2007).

Dessa forma, pode-se dizer que para realizar uma análise dos dados obtidos se faz necessário anteriormente, organizar, explorar, ler, selecionar, classificar, agregar e, posteriormente, partir para a análise de fato. Isso justifica a dificuldade de realizar uma análise precisa e que contemple todos os pontos, mas que é possível realizar esse processo que demanda, principalmente, sistematização e tempo. Com isso, a análise pretende entender como o sujeito analisado pensa ou como a situação ocorreu, de modo expresso em texto, sendo possível obter uma linguagem aplicável na interpretação qualitativa ou quantitativa (Minayo, 2007).

Em alguns momentos da análise são necessárias as categorizações. A utilizada foi de modo *a posteriori* que, de acordo com Franco (2008), se caracteriza em criar categorias a partir do conjunto de dados coletados, numa visualização generalizada dos dados, e com isso, se analisa à luz de referenciais teóricos escolhidos pelo pesquisador. Ou seja, o autor diz que “(...) o conteúdo, que emerge do discurso, é comparado com algum tipo de teoria. Infere-se, pois, das diferentes ‘falas’, diferentes concepções de mundo, de sociedade, de escola, de indivíduo, etc” (pp. 60-61).

Além disso, para que se criasse essas categorias, alguns passos foram necessários. Inicialmente, foi preciso transcrever todas as respostas, organizá-las de acordo com as questões definidas, escolher as temáticas que constituíram as categorias e criá-las, e conseqüentemente, quantificar o número de respostas para cada categoria. O critério de categorização foi o léxico, que se baseia na classificação de frases ou palavras de acordo com o sentido atribuído à elas, juntando os sinônimos e separando os antônimos. Esse processo foi fundamental para que se interpretasse e analisasse os dados a partir da bibliografia desejada e o enfoque do pesquisador (Franco, 2008).

A partir da categorização e análise dos dados, fora decidido que essa dissertação também trabalhasse com o aspecto dos recursos audiovisuais, a partir dessas informações obtidas e contextualizadas à pesquisa. Nesse momento, houve a produção de um vídeo que trouxesse como objetivo a conscientização acerca da transfobia na escola e a importância de utilizar esse recurso audiovisual em sala de aula, também.

A construção de um vídeo informativo (Apêndice IV), como produto resultante dessa pesquisa, torna-se interessante pelo fato de que os recursos audiovisuais permitem abranger universos múltiplos e adentrar realidades subjetivas. E mesmo em situações mais reflexivas ou que não contem com auxílio de imagem, esse recurso pode representá-las (Arroio & Giordan, 2006). Além de ser possível disponibilizá-lo em redes sociais de livre acesso, de maneira a alcançar os mais variados públicos. E é importante salientar que essa pesquisa não teve o objetivo, nem a pretensão, de realizar uma análise, a partir de métodos de pesquisa, que envolvessem recursos audiovisuais, ou seja, apenas apresenta os dados dessa dissertação num outro formato e linguagem, alcançando pessoas que não pertencem ao contexto acadêmico.

Em relação ao teor ético do trabalho, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara-UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 –

Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: [comitedeetica@fclar.unesp.br](mailto:comitedeetica@fclar.unesp.br).

#### 4. DESENVOLVIMENTO

As entrevistas (Anexo I) ocorreram presencialmente entre 06/08/2019 e 28/10/2019 na região da cidade de Araraquara-SP, contemplando os municípios de Araraquara, Boa Esperança do Sul, Matão e São Carlos. Como o método de coleta de dados escolhido foi de entrevista semi-estruturada e os entrevistados puderam acrescentar mais informações que o esperado, decidiu-se por coletar dados de 8 pessoas. A tabela a seguir ilustra o perfil de cada um(a) dos(as) nossos(as) entrevistados(as):

**Tabela 1** – Informações sobre a sexualidade, idade e trabalho das pessoas entrevistadas nesta pesquisa

Entrevistado(a) <sup>9</sup>	Idade	Gênero <sup>10</sup>	Orientação Sexual <sup>11</sup>	Profissão
Maria	22	Feminino	Heterossexual	Estudante
Tarso	24	Masculino	Pansexual	Estudante
Dandara	45	Feminino	Heterossexual	Professora
Laerte	28	Masculino	Pansexual	Autônomo
Mel	22	Feminino	Pansexual	Supervisora de Telemarketing
Arthur	18	Masculino	Bissexual	Estudante

<sup>9</sup> Conforme o TCLE (Apêndice I) e o afirmado pelo pesquisador antes da realização das entrevistas, garantiu-se o sigilo dos nomes sociais por questões de segurança, optando-se por nomes fictícios.

<sup>10</sup> O gênero foi definido pelos próprios participantes da pesquisa no momento da entrevista, não havendo interferência ou inferência do autor dessa pesquisa, ou seja, valorizou-se a compreensão do conceito de gênero que os entrevistados possuíam. Para tanto, justifica-se este posicionamento de classificação.

<sup>11</sup> A orientação sexual, assim como o gênero, foi definida pelos próprios participantes da pesquisa no momento da entrevista, valorizando a compreensão do conceito de orientação sexual que os entrevistados possuíam. Para tanto, justifica-se este posicionamento de classificação.

Miguel	18	Masculino	Heterossexual	Estudante
Théo	18	Masculino	Pansexual	Estudante

Fonte: Próprio autor

Como visto na Tabela 1, é possível observar que 5 pessoas apresentam orientação sexual que difere da heterossexualidade, sendo a maioria dos(as) entrevistados(as) considerados ‘pansexuais’, podendo assim, visualizar a diversidade de orientações sexuais e de visões acerca desse termo.

Num total de 8 pessoas entrevistadas, 6 já concluíram o ensino médio e duas ainda estavam cursando. Os entrevistados Miguel e Théo eram alunos regulares do ensino médio na rede pública estadual de ensino, mesmo já apresentando maioridade. Esse contraste fora necessário para comparar os discursos sobre como o público trans foi e vem sendo tratado dentro das escolas. Também, Dandara apresentava mais de 25 anos de diferença em relação à Miguel, Théo e Arthur, o que proporciona uma visão temporal das mudanças que ocorreram (ou não) no contexto escolar em relação à temática trans.

Para encontrar alunos em período de transição de gênero ou que já passaram por tal, matriculados no ensino médio, houve a necessidade de buscar auxílio de um órgão social que pudesse facilitar essa etapa na coleta de dados. Como a faculdade responsável pela pesquisa (FCLAr) se encontra no município de Araraquara-SP, a prefeitura da cidade foi procurada para indicar grupos ou órgãos que representassem o público LGBTQIA+ munícipe.

A cidade de Araraquara tem o Centro de Referência e Resistência LGBTQIA+ “Nivaldo Aparecido Felipe de Miciano”, o primeiro de referência LGBTQIA+ da região de Araraquara, inaugurado em dezembro de 2018. Esse espaço oferece serviços de acompanhamento psicológico, encaminhamentos para os departamentos de saúde e do trabalho, formação cidadã com palestras e debates, orientações acerca da prática sexual saudável e saúde corporal, auxílio para retificação de nome, aulas de português e literatura, entre outros. Segunda a assessora de políticas LGBTQIA+, Filipa Brunelli<sup>12</sup>, no primeiro semestre de 2019 foram mais de 270 atendimentos às pessoas LGBTQIA+ com uma estimativa de cerca de 60% dessas terem sido transexuais, transgêneros e travestis. Para tal, a assessora auxiliou na identificação e contato com os dois alunos entrevistados.

<sup>12</sup> Como menção de atualização, Filipa Brunelli encontra-se como vereadora da cidade de Araraquara-SP na gestão da câmara municipal de 2021-2024. A gestão atual (2021-2024) tem como assessora de políticas LGBTQIA+, Érika Matheus.

A partir de uma análise mais apurada dos dados, é possível notar que algumas temáticas se sobressaíram nos discursos presentes nas entrevistas, como: questões de gênero; o uso do banheiro por pessoas trans; violência e processos discriminatórios na escola; problemas com o corpo docente e gestão escolar; nome social das pessoas trans. Nessa perspectiva, tais abordagens serão trabalhadas em subcapítulos, a seguir, para facilitar a compreensão dos temas.

#### **4. 1. A PROBLEMÁTICA DE GÊNERO**

A problemática de gênero é algo que permeia durante muitos séculos pelas culturas e ainda persiste firmemente nos espaços escolares, que são ambientes de manutenção dessa padronização generificante (Figueiró, 2006). E tal afirmativa se consolida quando se observam os discursos trazidos pelo público entrevistado. Desde à pressão de afirmar-se homem ou mulher, até a rejeição de considerar uma pessoa trans como parte de uma classificação de gênero, nada passa despercebido pelo processo de discriminação da diversidade humana.

A entrevistada Mel conta sobre sua necessidade em afirmar-se mulher no contexto escolar, pelo fato de haver negação quanto à pertencer ao gênero feminino. E, nesse mesmo contexto, o entrevistado Laerte menciona suas dificuldades em “provar” que é homem, já que as outras pessoas sempre o questionavam sobre sua masculinidade. Pode-se observar esses momentos nas falas:

(...) muitas vezes eu chegava na escola e falava assim pra minhas amigas ““aí esse fim de semana eu saí tão bonita, coloquei uma peruca, coloquei uma roupa””, mas era mentira, era mentira, eu mal saía de casa. É que eu queria que todo mundo me enxergasse como menina. Então eu falava “aí fiz isso, coloquei essa roupa”, mas era tudo mentira, era tudo só para todo mundo “aí ela é mesmo uma menina fora daqui”, porque na escola eu não podia ser, então eu tinha que pelo menos falar para os outros que fora de lá eu era uma menina (Mel).

(...) não é uma coisa fácil, porque a gente tem que toda hora, tudo o que a gente vai fazer, a gente tem que ficar questionando, se questionando, porque a gente tem que acabar provando que a gente é homem mesmo, porque muitos acham que a gente tem

que agir que nem homem cis, ser um cara babaca entendeu? Não respeitar o próximo, acha que a gente tem que ser mulherengo, não é assim. A gente tem que ser do nosso jeito e mostrar que a gente não precisa ser daquele jeito, o padrão de homem, né, cis para a gente poder ser realmente um homem. A gente tem que ser do jeito que a gente é (Laerte).

Nos fragmentos é visível que o padrão heterocisnormativo e machista prevalece sobre as relações humanas dentro da escola e tende a ser reforçado sempre pelos alunos, professores, funcionários, entre outros. É importante salientar quando o entrevistado Laerte fala que “muitos acham que a gente tem que agir que nem homem *cis*, ser um cara babaca entendeu” (Laerte), o que remete ao estereótipo que os homens devem estimular a desigualdade em relação à mulher, abdicarem das suas sensibilidades e serem exageradamente conquistadores para se considerarem, de fato, pertencentes ao gênero masculino. Nesse sentido, Silva e Mendes (2015) trazem que

(...) o machismo está ancorado em nossa sociedade de forma naturalizada, utiliza a associação que fazemos entre as mulheres e a emotividade, de forma involuntária, já “ensinando” às meninas a serem meninas e, conseqüentemente, emotivas. Essa característica deixa de ser uma diferença entre os gêneros e passa a ser uma desigualdade a partir do momento que a emotividade (característica tida como feminina) é entendida como um sentimento negativo e frágil (p. 93)

Ser uma pessoa cis exige, claramente, encaixar-se no gênero que lhe fora atribuído desde o nascimento, sem autoquestionamentos que rompam com tal padrão. O uso de roupas específicas, brincos, cores pré-determinadas, modos de falar e comporta-se, entre tantas outras determinações, marcam a visão binarizante de gênero. Tão apreciada por grande parte dos brasileiros, essa perspectiva não permite com que se transgrida aos padrões, e quando isso ocorre, episódios de violência e discriminação são comuns. Ou seja, se ser uma pessoa cis já exige grande vigília das pessoas, ser trans rompe com o bem-estar social e incomoda aos defensores da normatividade.

A dificuldade das pessoas trans em se encaixarem nos grupos sociais ou demarcações de gênero pode ser observada quando a entrevistada Maria conta sobre como ocorriam as

aulas de educação física em sua escola e a entrevistada Dandara questiona-se sobre sua forma de ser:

(...) um time tirava a camisa, o outro ficava com camisa, para diferenciar. Na escola pública é bastante assim, para diferenciar o time do outro. Então não ia tirar a camisa e eu também não ia querer jogar com eles porque era jogo bastante ofensivo, que é o futebol, que eu acho na minha perspectiva. Então, eu jogava vôlei com as meninas e o professor falava: “mas você não pode, vai com os meninos”, tinha aquela separação (Maria).

(...) eu não entendia [...] o rótulo daquilo, eu não entendia. Porque eu andava, tinha meus trejeitos, rebolava, eu gostava de como se diz roupa de menina, mas eu até então naquela idade que não tinha tanta maldade, não tinha tanta... como fala, que você era rápido para perceber como hoje já tem nos dias de hoje né, naquela época não tinha tanto. E era difícil pra mim saber ‘aí o que que era isso?’ (Dandara).

Outro aspecto que prevalece sobre a temática em questão é que a escola se tornou um lugar de reafirmação da padronização de gênero, através de características que são singelas e necessitam de um processo reflexivo para serem reveladas. Por exemplo, as vestimentas e brincadeiras se colocam de maneira impositiva no contexto escolar, determinando características marcantes de gênero (Figueiró, 2006). Essa pontuação foi revelada no discurso da entrevistada Mel, quando ela diz que “esse negócio de fila de menino e menina não existe, são coisas que não tem que ter” (Mel) e o entrevistado Arthur se posiciona dizendo:

A separação é uma das primeiras coisas, esse negócio de ainda ter atividades do tipo menina vai fazer uma coisa e menino vai fazer outra. É... lógico, eu não sou nenhum especialista nisso, mas eu acho que não é possível que umas coisas básicas, sabe? Tem que ter essa divisão, tipo essa que eu citei sabe? De brincar de bola, brincar de corda, brincar de boneca, tipo pra que sabe? Então pelo menos deixar todo mundo livre e sei lá, a criança fazer o que ela quiser, o adolescente fazer o que ele quiser (Arthur).

Também, além dessa reafirmação de gênero causada por brincadeiras e vestimentas, há muita confusão em relação à sexualidade humana, quando se confundem os conceitos de gênero, orientação sexual e sexo biológico. Ou seja, não se é possível definir uma

característica sexual por meio de outra, já que são singulares e podem variar durante a vida. Além disso, por essas questões serem pouco trabalhadas na escola há uma prevalência da heterocisnormatividade que incita as pessoas a serem cisgêneros, heterossexuais e biologicamente XX ou XY, somente. Qualquer variação é motivo de chacota. Esse momento pode ser notado nos trechos da fala da entrevistada Mel:

(...) acaba sendo chato, principalmente quando você entra naquela matéria que comenta sobre é, hermafrodita, isso foi o, acho que um dos piores casos que aconteceu comigo na escola, porque todo mundo ficava ‘você é hermafrodita? você é hermafrodita? você é hermafrodita?’ ‘não, eu não sou hermafrodita. É... são casos e casos diferentes, eu não sou hermafrodita, hoje sou uma menina e me aceite como uma menina’ (Mel).

Então é, como que a gente vai falar... era isso que tinha que ser explicado. Todo mundo *são* mulheres, *são* mulheres, independente você não precisa nascer com o sexo feminino para ser uma mulher, como você não precisa nascer com o sexo masculino para ser um homem, isso vai muito de quem você é (Mel).

Desta forma, foi possível constatar que, de fato, há contratempos no contexto escolar ao que se refere à sexualidade, principalmente ao quesito de gênero. A normatividade nos discursos, brincadeiras, vestimentas, entre tantos outros aspectos, afeta a vida das pessoas trans, pelo fato de que elas devem, segundo o senso comum, se afirmarem pertencentes a um gênero por meio de evidências. Ou seja, há uma heterocisnormatividade que desconsidera a transexualidade como uma condição de mudança de gênero e prende as pessoas aos seus órgãos sexuais, perpetuando tal padrão.

#### **4.2. O USO DO BANHEIRO E A UTILIZAÇÃO DO NOME SOCIAL PARA PESSOAS TRANS NOS ESPAÇOS ESCOLARES**

Utilizar um banheiro parece uma tarefa fácil para todas as pessoas, mas nem sempre é assim. Pessoas trans enfrentam, muitas vezes, uma enorme dificuldade em utilizar os sanitários, pelo fato de não haver um consenso acerca de qual banheiro devam utilizar. Alguns dizem que uma mulher trans deva utilizar o banheiro designado para homens por ter

nascido, biologicamente, XY ou próximo disso (outras formas cromossômicas de macho), por enquanto que outros consideram que deva utilizar o feminino por ter sua expressão de gênero feminina. Porém, e quando uma pessoa não se encaixa em nenhuma das afirmativas? Em qual banheiro ela deve adentrar sem ser discriminada? Será que os espaços educacionais estão preparados para a diversidade? Essa é a problemática a ser trabalhada nesse subcapítulo.

Há uma visão dual na maioria da sociedade brasileira sobre a utilização do banheiro por pessoas trans. A primeira delas pontua que essas pessoas devam fazer o uso daquele banheiro que representa seu sexo biológico, ou seja, masculino e feminino, biologicamente dizendo. Outra linha defende que deva haver a criação de um terceiro banheiro para estas pessoas, assim como há para pessoas com deficiência. Ambas apresentam problemas, já que a primeira desconsidera a diversidade da sexualidade humana e está fortemente ligada à heterocisnormatividade, gerando processos discriminatórios, e a segunda perpetua um estigma de que pessoas trans são diferentes e devem ser isoladas de alguma forma para evitarem problemas.

Na perspectiva de discriminação de gênero e diversidade, a questão dos banheiros é colocada de forma incisiva e não ressalva as pessoas trans. Nos dados apresentados pelos entrevistados, a utilização do banheiro foi um dos pontos mais levantados e tidos como problema. A visão biologizante de gênero pode ser vista nos trechos dos entrevistados Tarso, Laerte e Théó, respectivamente:

Mais marcante é a gente tentar usar o banheiro masculino e não conseguir óbvio, até hoje isso é marcante para nós, a gente não usa o banheiro masculino numa boa, principalmente porque tem uns que é aquele mictório, então aí como que a gente vai usar aquilo ali? (...) Então quando a gente entra no banheiro até hoje isso meio que assombra a gente, a gente espera todo mundo sair mesmo que estiver apertado, aí a gente entra (Tarso).

(...) porque você não se sente tão bem assim indo num banheiro feminino, por mais que você queira estar ali, mas num... tem que estar ali, você não está se sentindo confortável entendeu? E sem contar que também o negócio do banheiro para mijar é horrível, ainda mais que nesse tempo também não tinha é... *packer* essas coisas para ajudar um homem trans, então era bem complicado mais a parte do banheiro (Laerte).

(...) eu estava esperando minha amiga no banheiro, aí tinha outra amiga dela também e ela falou assim 'entra aqui' era o banheiro feminino, aí eu falei 'não, não vou entrar

no banheiro feminino' e ela 'Por que? Você é mulher'. Eu falei 'não, eu sou trans'. Aí ficou uma situação super constrangedora (Théo).

Esses trechos salientam a ideia de forçar as outras pessoas a se encaixarem nos padrões impostos pelas sociedades, e a permanência do “padrão de civilidade no convívio democrático que necessitamos construir (...) Ao exigir que os direitos fundamentais de dignidade humana, privacidade, liberdade e igualdade estejam livres de discriminação por identidade de gênero, ela afasta binarismos de gênero nutridos por percepções simplistas e superficiais e preconceituosos sobre sexo e sexualidade” (Rios & Resadori, 2015, p. 217). Ou seja, o binarismo marca a vida das pessoas trans desde o início de suas vidas até o último, sendo questionadas sobre o porquê são diferentes do molde rígido da normatividade e causando uma dificuldade em se adaptarem aos espaços sociais.

O binarismo de gênero não só causara as problemáticas em relação à qual banheiro as pessoas devam utilizar, mas também geram um processo segregacionista. Há pessoas que defendam e praticam a segregação, até mesmo, quando tentam 'neutralizar' o preconceito que as(os) alunas(os) trans sofrem. O relato abaixo de Maria, deixa clara essa relação entre a tentativa de resolver um problema estrutural e como a pessoa trans se sente em situações como essa:

(...) no segundo e no primeiro ano do ensino médio, eu não podia entrar no banheiro masculino, porque eles falavam que eu poderia sofrer alguma represaria, que realmente poderia sofrer, e eu não podia entrar no feminino, porque eles falavam da minha aparência e que eu não tinha o sexo de...feminino, então não poderia usar o banheiro. Então, eu usava o banheiro de funcionário, que era o banheiro que o funcionário usava, sabe?! Eles me davam uma chave quando quisesse usar, então foi muito difícil porque eu não ia no banheiro. Foi-me tirado esse direito ao banheiro porque eu só ia quando eu tinha extremamente vontade de fazer com uma necessidade. Porque eu tinha que ir lá na coordenação pegar a chave e ir no banheiro. Era muito constrangimento. Eu me lembrei disso, porque isso me marcou e me marca até hoje sabe?! Como pessoa, como ser humano (Maria).

É possível notar no trecho que, embora fosse possível utilizar o banheiro, havia grande constrangimento pelo fato da dependência de terceiros para tal. Esse impedimento,

assim como nos casos em que a pessoa trans não utiliza o banheiro, pode gerar inúmeros problemas que se estendem do constrangimento até quadros clínicos de complicações fisiológicas, como infecções urinárias (Guidoni & Toporovsk, 2001). A questão, por mais que pareça simples para os cisgêneros, causa enormes impactos para os transgêneros quando não tratada como prioritária. Na escola, torna-se um obstáculo para a permanência do aluno, aumentando a evasão do público trans e LGBTQIA+, no geral.

Outra temática recorrente nas entrevistas é a utilização do nome social dentro das escolas. Conceder um nome de registro é a primeira ação que os pais biológicos ou responsáveis legais necessitam realizar no Brasil, quando uma criança é registrada, através da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Brasil, 1973). A escolha do nome se dá, geralmente, pela denominação a partir do sexo biológico da criança, ou seja, estabelece-se uma relação direta entre o fator biológico e o gênero, de forma que o nome represente essa afirmação. Porém, uma questão importante é lembrar que, mesmo diante dos reforços constantes dos padrões cisgêneros, nem todas as pessoas se identificam com tal perfil.

Como as pessoas trans, que divergem das imposições de gênero e/ou genitália, lidam com essa questão de como querem ser chamadas? Há duas ocasiões importantes: a mudança do nome de registro e o estabelecimento do nome social. Nem sempre ambos ocorrem, dependendo do interesse civil que a pessoa pretende buscar dentro da legislação brasileira. Ambos aspectos serão abordados a seguir.

O nome de registro pode ser alterado de acordo com a Lei de Registros Públicos, que é viável pelo fato de expor a pessoa às situações vexatórias, já que não se identifica pelo nome que está sendo chamada (Brasil, 1973). Essa mutabilidade garante a dignidade de todos os cidadãos, inclusive pessoas trans. Pode-se dizer que a retificação do nome no registro civil garante a identificação da real identidade da pessoa, sem que haja prejuízos à sua integridade.

Outra forma de ter sua identidade respeitada e legalmente válida, é o estabelecimento de um nome social. Segundo o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016 (Brasil, 2016), garante-se o direito constitucional do uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais. Desta forma, este público tem direito de ser chamado pelo nome que é socialmente reconhecido.

Neste sentido, as pessoas entrevistadas nesta pesquisa salientaram a importância do respeito ao nome social, independente do nome de registro. Este foi o assunto mais abordado quando se refere à dificuldade da permanência de pessoas trans na escola, já que há grande

desrespeito com a transição de gênero. Atender pelo nome social garante que as identidades delas sejam respeitadas e possíveis de existirem, de fato, para a sociedade. Podem-se ver algumas dessas manifestações acerca dessa discriminação nos relatos abaixo de Maria e Mel, respectivamente:

(...) eu tive muito mais repressão, não tanto pelos alunos, mas pelos professores e pela coordenação, vamos dizer assim, porque eles não me aceitavam como eu era, como minha identidade de gênero. Isso me foi tirado durante o 1º e o 2º ano do ensino médio (Maria)

(...) no terceiro ano que eles viram que realmente eu era aquilo, e que tinham mais leis. Enfim, que a nossa visibilidade estava mais marcante. Daí, a diretora me chamou junto com a coordenação e falou que eu seria chamada de Maria. Dali em diante, eles começaram a me respeitar como realmente eu sou. (...) porque isso dói: você ter uma aparência 'okay', mas as pessoas não respeitarem amaneira como você gostaria de ser chamada (Maria).

(...) Responde presente pra mim fulana por favor (risos). (...) então foi quando eu peguei e decidi não responder mais também as pessoas quando não chamavam da forma que eu queria (Mel).

É nítido como as atitudes excludentes que ocorriam e ainda ocorrem na escola dão margem à evasão escolar desse público. Ir à escola todos os dias para ser chamada(o) de um nome que não lhe pertence, precisar que terceiros respondam seu nome por ter vergonha do nome que lhe chamam e deixar de pertencer à círculos de amizade por não se sentir inclusa(o), são algumas das justificativas que podem ser utilizadas para que haja a evasão escolar, caso a equipe de professores, gestores e funcionários não tomem medidas corretas.

A gestão escolar deve ser consciente acerca das mudanças de legislação que contemplam seus alunos, inclusive pessoas trans. Há uma resistência por parte dos diretores em respeitar e seguir as leis que mencionam o estabelecimento do nome social como imediato e incontestável. E essa questão também ocorre em meio ao corpo docente que, muitas vezes, carece de atualizações formativas e/ou espaços de reflexão acerca da temática. Isso pode ser observado nos relatos a seguir de Miguel e Théó, respectivamente.

(...) na escola também que foi a qual eu cheguei, pedi para a diretora incluir o meu nome social na chamada e ela simplesmente olhou para a minha cara falou que não ia incluir o meu nome social na chamada pelo fato que eu precisava de um documento comprovando que eu ia estar trocando o meu nome. E tipo eu fiquei muito triste entendeu? Porque eu cheguei numa boa pedindo, porque tipo os meus colegas de sala já estavam tudo sabendo que eu tinha passado, tinha passado pra alguns professores e eu cheguei nela numa boa, ela simplesmente me falou isso. Aí, tipo, eu falei com a Felipa, ela me explicou tudo certinho, pediu o nome da minha escola, mas não foi preciso ela ir lá porque eu tinha ido pedir o papel pra eu fazer a, pra eu poder trocar meu registro e eu estava com esse papel na bolsa foi quando eu voltei de novo e pedi pra ela de novo pra por meu nome social na chamada, ela veio com o assunto de novo do documento eu fui falei que eu tinha corrido atrás dos meus direitos que não precisava de papel nenhum que elas tinham que fazer a inclusão do meu nome social na chamada e aí ela falou assim ‘não, tá bom, eu vou por’, mas tipo ela fez com muito pouco caso e eu lembrei do documento, eu peguei o documento falei assim ‘esse é um documento que comprova que eu vou fazer a, mudar o nome’ ela falou assim ‘ah esse aqui é até bem melhor porque vai ajudar’. Aí ela pegou o documento, tirou xerox, fez uma reunião com os professores passou pra eles e agora está tudo de boa (Miguel).

(...) tipo eu pedi para colocar meu nome social na lista de chamada e em tudo e colocaram só que também colocaram o nome de registro aí eu fui lá e risquei, o professor começou a brigar sabe? Falar que não era para fazer aquilo, que era crime, crime é não respeitar né? (Théo).

Como visto nos trechos, há uma recusa por parte de gestores e professores de executar o Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016 (Brasil, 2016), que no Art. 6º afirma que “A pessoa travesti ou transexual poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, (...)”. Além disso, nota-se um descrédito em relação às pessoas trans que estão no período de adolescência, podendo-se inferir que uma parte dos docentes e gestores não acreditam, de fato, na transição de gênero como algo consolidado para um indivíduo. E um dos entrevistados (Théo), traz que o desrespeito ao uso do nome social causara problemas sérios à sua trajetória escolar:

Pesquisador: (...) ser trans influenciou ter atrasado um pouco o período escolar ou não?

Théo: Sim, eu reprovei o 1º ano justamente por isso, porque eu estudava em uma escola particular que eles não aceitavam colocar o nome social, não respeitavam de jeito nenhum, aí eu pedi para os meus pais me mudarem e eles falaram que não, não compreendiam, não tentavam entender, aí eu entrei em depressão, desenvolvi crise de ansiedade e não quis fazer mais nada na escola, aí eu parei de fazer, aí eu reprovei.

Desta maneira, pode-se dizer que o respeito ao nome social não é apenas uma questão que envolve aspectos legais, mas, também, de consciência e respeito à diversidade. Isso se explica a partir dos inúmeros exemplos dados durante a discussão deste capítulo, principalmente quando afeta a pessoa trans ao ponto de não ser aprovada no ano letivo ou até desistir de frequentar os espaços escolares. Respeitar o nome social de uma pessoa não é um favor ou caridade, mas a obrigação de qualquer cidadão brasileiro, já que Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) define tal medida.

#### **4.3. VIOLÊNCIA E PROCESSOS DISCRIMINATÓRIOS NA ESCOLA**

A violência e a discriminação são processos, infelizmente, comuns nas escolas brasileiras. A mistura de diversas culturas e perspectivas de mundo criam um ambiente díspar que, onde se deveria valorizar o diferente, cria padrões nas quais algumas pessoas não conseguem se adaptar. Se essa realidade já é cruel com os cisgêneros e heterossexuais por inúmeras questões, quem dirá com os transexuais e LGBTQIA+. Na visão heterocisnormativa da sexualidade, quebrar as barreiras estáticas dos padrões socialmente construídos é um afronte e digno de sofrer repressão, afim de evitar pensamentos divergentes.

Bento (2011) diz que há corpos que transgridem às normativas dos padrões de gênero e são vistos como aberrações por muitas pessoas, já que não se é possível encaixá-los em modelos pré-estabelecidos. Esse episódio pode ser facilmente identificado na fala de Maria, quando ela menciona que

(...) eu tava naquela fase andrógina, meio diferente de tudo e tentando me encaixar, me encontrar, ainda saindo daquela masculinidade que foi construída para tentar ser a

mulher que eu queria ser (...) Eu me sentia muito excluída com a minha aparência porque...porque eu não tinha aceitação assim, principalmente no primeiro e no segundo, a gente... eu... eu sentia que não tinha aceitação. As pessoas achavam muito estranho. Hoje em dia não é mais assim, mas achavam muito estranho aquela pessoa que era menino depois se transforma em menina, então tinha isso na cabeça das pessoas. Foi uma desconstrução para mim, de mim mesma com as pessoas (Maria).

Como citada por Maria, a exclusão social é um dos fenômenos decorrentes da prática discriminatória e está presente na vida das pessoas trans que ainda resistem dentro das escolas. Esse mecanismo de depreciação, fragiliza e coloca à margem, quaisquer características que representam a diversidade humana e da sexualidade, sendo potencializado pelo enraizamento dessa discriminação nos entrelaces da estrutura social da escola que, por muitas vezes, cria determinado padrão para seu público.

Diferente do que muitos acreditam, a discriminação não se coloca, na maioria das vezes, de maneira expressiva, mas velada. Olhares de julgamento, exclusão de grupos, restrições, piadas ofensivas, são apenas alguns dos fatos que ocorrem quando uma pessoa trans passa pela trajetória escolar. A diferença, que deveria ser vista como parte da natureza humana e até biológica, se torna o principal ponto em que as pessoas são ridicularizadas. Nesse sentido, Peres (2010) pontua que a escola sempre foi um local de perpetuação dos padrões de gênero e doutrinação dos corpos, e, diante dos dados expostos, ainda é possível visualizar esse perfil educacional.

Para contextualizar acerca da discriminação de forma precisa, os exemplos abaixo de Laerte e Arthur, ilustram as situações vexatórias e segregacionistas que os(as) entrevistados(as) enfrentaram durante o ensino fundamental e médio:

(...) naquela época eu era bem mais novo tudo mais, então não tinha como falar sobre esse assunto, não falava sobre trans, “malemá” falava sobre homossexualidade, era sempre taxado como uma doença ou uma pessoa estranha, ou é sei lá, alguma coisa de outro universo, era muito estranho. Então você tinha que sempre ficar na sua, não falar nada, tem que ficar fingindo ser uma coisa que você não é. Então era assim mais ou menos que foi mais marcante (Laerte).

(...) na quarta série, terceira série, segunda série, porque eu era mais assim, indefeso, então tipo eu não sabia o que falar, não sabia o que fazer, não sabia nem o porquê que

eu era diferente das outras meninas, então tipo isso levava também as crianças sabe me excluir. Então os meninos excluía, as meninas excluía e acabava que até eu às vezes me excluía também, que é o que eu falei, eu ficava sem fazer nada, preferia ficar sozinho (Arthur).

(...) Foi difícil, foi difícil porque não é uma coisa que você, que acontece com você e simplesmente você consegue relevar isso, demora para esquecer, dói, é difícil. Eu não consigo superar tudo o que acontece (Arthur).

Nem sempre, apenas a discriminação é a principal problemática que emerge das relações sociais dentro da escola, principalmente pelo fato de que condições extremas de repúdio do outro são existentes. Esse cenário representa o conceito de violência que, segundo Debarbeaux & Blaya (2002), é, essencialmente, a negação da outra pessoa, causando sofrimento para o agressor e o agredido, em que há uma relação de fazer o outro sofrer psicologicamente, moralmente, sentimentalmente ou até, fisicamente. Ou seja, a violência é a ultrapassagem dos limites de tolerância e causa desestabilização das relações interpessoais.

Os dados (Benevides & Nogueira, 2020) do Antra<sup>13</sup> revelaram que em 2019, houve uma média diária de 11 pessoas travestis e transsexuais agredidas, assim como, um total de 124 pessoas trans assassinadas no Brasil por razões de transfobia. Além disso, de acordo com um levantamento feito em 2016 pela ONG *Transgender Europe* (TGEu, 2016), “(...) de janeiro de 2008 a abril de 2013, foram 486 mortes, quatro vezes a mais que no México, segundo país com mais casos registrados” (Bento, 2017, p.232), deixando o país no topo do ranking de países com mais registros de homicídios de pessoas trans.

Dentro ou fora da escola, a violência contra pessoas trans é um episódio provado e visível aos olhos dos que não se negam a ver a realidade. Um exemplo disso é quando Dandara menciona um episódio ocorrido há mais de três décadas, quando frequentava o ensino fundamental:

(...) foi de um menino que eu era perseguida 24 horas por esse menino, na época que eu tinha, já estava no ensino médio, um menino que toda vez assim, não é questão de

---

<sup>13</sup> “A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), é uma rede nacional que articula em todo o Brasil 127 instituições que desenvolvem ações para promoção da cidadania da população de Travestis e Transexuais, fundada no ano de 2000, na Cidade de Porto Alegre”. Definição disponível no site do ANTRA: <https://antrabrasil.org/sobre/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

dar em cima de mim, chamava de marica, chamava de viadinho, chamava de bixinha (Dandara).

(...) quando eu chegava em casa eu tinha que pedir dinheiro para a minha mãe para eu comprar doce, mas era mentira, o dinheiro que a minha mãe me dava que na época era cruzeiro, eu tinha que pegar e dar tudo na mão do menino, porque se eu não desse na mão do menino o menino me batia, não é? E o menino... eu não queria apanhar. Até na época eu não sabia brigar, então o que eu fazia? Eu dava dinheiro para o menino. (...) porque eu pagava uma cota né, eu tinha que pagar uma cota para eu estudar, para mim fazer alguma coisa eu tinha que pagar uma cota para esse menino, se não ele não entrava na escola e ele batia em mim no dia seguinte. Então aí eu ajudava, ajudava não, dava o dinheiro para o menino né, não contava pra ninguém (...) na hora que eu coloquei o pé na escada para fora no chão o menino me deu uma rasteira, nessa rasteira eu comecei a lembrar de todas as coisas ruins que aquele menino começou a me provocar, começou a vir ira, começou a vir ódio, começou a vir raiva, começou a vir um monte de coisa. E aí uma pessoa quando está com raiva dá um estouro, é uma bomba né, uma dinamite. Aí o que que aconteceu? Eu na hora me levantei, a professora me ajudou a segurar, na hora que eu me levantei eu peguei esse menino de soco, eu não sei de onde que surgiu força, que eu acho que na hora que a gente está nervosa, que está acontecendo muitas outras coisas é um estopim, você vira um leão, é a mesma coisa quando a mãe está defendendo o seu filho né? Né o seu... e aí eu dei nesse menino, bati nesse menino, arrebentei esse menino, arrebentei mesmo e aí eu fui pegar um tijolo, na hora que eu ia pegar o tijolo para dar na cabeça dele a professora me segurou e não deixou eu dar (Dandara).

Como visto no trecho acima, Dandara sofria perseguições constantes dentro da escola por já se apresentar de forma diferente do padrão estabelecido da época. Quando cita o termo “cota pra estudar” há uma possibilidade de reflexão sobre a dificuldade de permanência dela dentro da escola, já que o medo de sofrer agressões fez com que cedesse dinheiro ao garoto para que estudasse. Essa conjuntura traz vestígios que as pessoas trans de sua época viviam num ambiente hostil e não adaptado à convivência desse público com o restante das outras pessoas.

A partir das falas das pessoas entrevistadas e os referenciais teóricos abordados nesta discussão, é plausível inferir que os episódios de violência e discriminação que ocorrem

dentro dos espaços escolares são, infelizmente, os mais comuns na vida de transsexuais e travestis. E os impactos negativos na vida dessa comunidade podem e, muitas vezes, são irreversíveis, colaborando cada vez mais para a desigualdade social e marginalização destas.

Pensar na escola como espaço homogêneo não condiz com a realidade, já que o ser humano se apresenta de inúmeras formas, podendo ser considerado uma combinação de diferentes fatores e apresentando uma identidade única. Essa heterogeneidade é importante para a construção de um espaço plural e facilitador para as relações humanas. Nesse sentido, os professores e gestores escolares devem levar em consideração tais diversidades e são figuras centrais no processo de democratização do conhecimento, permanência do aluno na escola e construção de um caráter cidadão nos discentes.

Como promover um espaço que toda diversidade seja valorizada? Um caminho criado para tal é a Educação Sexual (Silva, 2012), que permite que professores e gestores atuem de maneira direta ou indiretamente nas demandas acerca da sexualidade numa unidade escolar. Questões de gênero, gravidez na adolescência, relações homoafetivas, transexualidade, violência e abuso sexual, entre tantas outras temáticas, podem ser trabalhadas pelos profissionais da escola para promover um espaço de enriquecimento intelectual, podendo ser por meio de discussões, rodas de conversas, palestras, jogos, brincadeiras, etc.

E será nossas escolas estão preparadas para atuar na Educação Sexual de seus alunos? Maia (2017) é categórica em salientar que a formação docente é um dos pontos essenciais para a atuação na Educação Sexual e os estudos deixaram claro que a maioria dos professores, ainda, não têm domínio teórico para discutirem e atuarem efetivamente no campo da sexualidade humana, de maneira geral.

A Educação Sexual permite que os alunos desenvolvam habilidades conceituais e atitudinais, afim de compreender os aspectos relacionados à sexualidade e sua complexidade. Abaixo, algumas falas das (os) entrevistadas (os), Tarso, Dandara, Mel, Arthur e Théo, respectivamente, revelam situações na escola em que a diversidade sexual não fora valorizada:

(...) eu ouvi professor atrás de mim sabendo da minha situação falar coisas transfóbicas, como por exemplo ‘se a minha filha estudasse numa escola e eles deixassem é... uma mulher trans entrar dentro do banheiro com ela, eu ia lá e socava essa mulher’. Então tipo eram coisas que eles sabiam de mim, falando perto de mim,

ninguém sabia da sala e muita gente concordando. Então como que eu ia me abrir ali? Como que eu ia falar alguma coisa ali? (Tarso).

(...) eu digo assim, que deveria ser muito mais comentado com os professores, com os diretores porque eu acredito que muitos professores hoje em dia, não tanto os professores, mas eu falo assim, os diretores né, eles fazem muita vista grossa (Dandara)

(...) Eu tive um professor de matemática que ele era muito de fazer brincadeira com todo mundo e ele tinha uma graça de ficar me chamando de bombonzinho só que aí ele ficava com a graça ‘aí esse é bombonzinho ou é bombonzinha?’ e era do tipo de toda a sala fazer aquele auê. A gente fingia que não ligava que levava tudo na brincadeira, mas nem toda brincadeira é legal a todos os lados. Então eu sentia, também senti já de... já aconteceu de uma professora virar pra mim e falar ‘aí é uma vida muito difícil, nem todo mundo entende, você tem que saber lidar com isso’ não, eu não concordava, porque eu não tenho que saber lidar com nada, quem tem que saber lidar são as pessoas que tem que entender que cada um tem a sua vida e cada um vive da forma que quer viver (Mel).

(...) um exemplo bem simples que eu lembro, várias vezes assim aula de educação física que os meninos iam jogar bola e as meninas iam sei lá pular corda, eu queria jogar bola a professora não deixava então eu ficava sem fazer nada, eu só sentava do lado dela e ficava, mesmo assim ela não deixava (Arthur).

Teve um dia que uma professora ela estava falando as notas da prova e o meu nome está o social mesmo lá e ela começou a falar o de registro tipo na frente de todo mundo, chamando assim e rindo sabe? Aí eu falei ‘não conheço, por que você está falando isso?’ aí todo mundo começou a criticar ela assim e ela se fazendo super de sonsa, continuou falando (Théo).

Nos exemplos mencionados acima, é possível identificar situações de transfobia, discriminação de gênero, violência, omissão e até culpabilização da vítima em relação à transfobia enraizada culturalmente. Mas nem todo cenário é caos. Há aqueles que também se preocupam com os alunos trans, já que no contexto escolar há inúmeras realidades, tanto dos alunos, quanto dos funcionários (professores, gestores, agentes escolares, etc). Maria e Arthur trazem alguns episódios em que é possível inspirar esperança de uma sociedade mais justa e que possibilite à transexualidade ocupar os espaços de maneira íntegra:

(...) No terceiro (ano) já estava hormonizada, já há dois anos no processo, aí foi quando a diretora da escola me chamou e perguntou: “A gente respeita a sua identidade de gênero. Como você quer se me chamada?”, e eu falei que gostaria de ser chamada de (nome da entrevistada). E uma coisa que me marcou muito também, foi que uma professora de biologia sentou comigo e conversou comigo. Eu falei chorando, tava muito triste com ela e perguntei: “por que isso acontecia?”. Ela falou: “(nome da entrevistada), isso faz parte de uma... não esqueço até hoje... de um preconceito estrutural que vem lá de trás, e a gente tem que desconstruir muita coisa, mas você ter certeza de uma coisa, daqui uns 5, 10 anos as coisas vão tá muito melhor”. Agora, olhando para trás, com 22 anos, eu percebi que muita coisa melhorou. A gente tem muito mais qualidade de vida como trans, sabe?! (Maria).

(...) eu tive uma experiência muito boa, porque algumas pessoas na minha escola abraçaram a ideia, tipo a professora (nome), minha vice-diretora (nome), elas abraçaram a ideia do tipo ‘eu vou defender você’ e falaram ‘não, é isso o que você quer? Você quer que o seu nome social seja respeitado aqui? Você quer?’ e eu falei ‘eu quero’ porque na época tinha até uma coisa do tipo ‘tem certeza que é isso o que você quer? Vai dar o maior trabalho’ eu sentia isso um pouco vindo da direção, de professores e era o primeiro, ninguém tinha lidado com isso antes e... mas aí ao mesmo tempo algumas pessoas abraçaram e falaram ‘não, a gente vai te proteger’ e isso foi muito, muito bacana (Arthur).

As atitudes tomadas nos trechos acima puderam valorizar a identidade sexual dessas pessoas, seja no respeito ao nome social ou no apoio ao processo de transição de gênero. Ambas abordagens nas situações foram de extrema importância para Maria e Arthur, já que se sentiram acolhidos e respeitados nos ambientes escolares, principalmente tendo seus direitos considerados como efetivos e parte da atuação cidadã da unidade escolar. Ou seja, diferente dos que tiveram atitudes antiéticas em seu exercício como formadores de cidadãos, esses(as) professores(as) e gestores(as) atentaram-se às diferentes formas de ser e se permitiram compreender a quebra das barreiras de gênero.

É importante que se desenvolvam discussões acerca da sexualidade na escola, afim de suprir a falta de abordagem das questões de gênero, principalmente a transexualidade. O esclarecimento advindo das falas de professores e gestores elucidam as problemáticas que

envolvem essa temática, trazendo a emergência dessa abordagem em todos os campos do conhecimento.

#### **4.4. RECURSOS MUDIÁTICOS E EDUCAÇÃO SEXUAL: REGISTROS DAS VIDAS MARCADAS PELA TRANSFOBIA**

Esse capítulo discute, exclusivamente, acerca do material secundário produzido a partir dos dados coletados, no caso, um documentário biográfico protagonizado por uma mulher trans, chamada Aline Tavares. O vídeo conta sua trajetória escolar, passando por experiências, aprendizados, aflições, violências e conquistas. Também, durante alguns momentos, a produção traz falas dos (as) entrevistados (as) dessa pesquisa, complementando, a partir de outras histórias, as experiências vividas por Aline.

A história da protagonista ilustra bem as passagens dos capítulos anteriores desse trabalho, já que traz elementos fundamentais para a discussão acerca do gênero, transfobia, nome social, escolaridade de pessoas trans, entre tantos outros elementos. É importante que produções como essa se estabeleçam para o grande público, principalmente às pessoas que estão inseridas na conjuntura escolar, no sentido a conscientizar acerca da importância do respeito às (aos) transexuais e valorização da diversidade.

Pensar na escola e suas particularidades é fundamental para as discussões acerca da sexualidade. E, com isso, se faz necessário estabelecer a ideia de que um vídeo que apresenta a trajetória de vida escolar de uma pessoa trans, exemplifica claramente quais as problemáticas que as instituições educacionais brasileiras vêm enfrentando no campo da violência de gênero, principalmente no que envolve a transexualidade.

É fundamental que se entenda a dificuldade das pessoas em compreenderem a sexualidade em todas suas formas, principalmente quando não vivem determinada realidade, afastando o sujeito das discussões vigentes. E, nesse momento, que o documentário biográfico traz o aspecto intimista e tocante, levando o espectador a entrar num mundo que, muitas vezes, é desconhecido. Ou seja, como mencionado por Cruz (2010), serve de ancoragem para que as pessoas encontrem firmeza diante de um tema tão fluido e hipotético diante de tantas perspectivas. É a possibilidade de olhar para o mundo, a partir dos ‘olhos de outras pessoas’.

Concomitante à possibilidade de novas discussões e pensamentos, é importante mencionar o dinamismo e a potência da produção midiática desse trabalho em promover a Educação Sexual. Dentro ou fora dos contextos formais de ensino-aprendizagem, pode servir de elemento catalisador de movimentações sociais e formador de opinião, seguindo os pressupostos e objetivos de sua produção, que valoriza a realidade das pessoas trans e suas experiências como pontos de partida para infinitos lugares.

Como dito por Ricardo Desidério da Silva (2012), as propriedades audiovisuais educam e, nesse vídeo em específico, a intenção é gerar tal educação. A história de Aline não traz lições descritas e objetivas, mas aprendizados que emanam diante de seu discurso, criando uma riqueza de informações e experiências importantes para gerar discussões tão essenciais na atualidade. Dessa maneira, se estabelece uma Educação Audiovisual da Sexualidade, defendida pelo mesmo autor, que valoriza os aspectos midiáticos para o entendimento da sexualidade. O olhar, a respiração, as expressões, as pausas silenciosas, a hesitação, dentre tantas outras manifestações corpóreas, são inerentes ao ser humano e imprescindíveis para a compreensão da mensagem que se espera emitir, o que torna esse recurso ainda mais importante.

Nos relatos de Aline, quando mencionados os episódios de uso do banheiro, o nome social, as discriminações, entre outros, é possível conectar suas experiências diretamente aos relatos dos entrevistados dessa pesquisa, já que algumas problemáticas são, em grande parte das vezes, comumente vivenciadas pelas pessoas trans. Isso aponta que, mesmo diante de todas as discussões recentes acerca do respeito à diversidade e inclusão de pessoas trans na escola, de forma integral, alguns impedimentos e aborrecimentos ainda permanecem presentes, assombrando a realidade desse público.

Mesmo esse capítulo se tratando, notadamente, sobre o produto “Transfobia na escola: Histórias de resistência”, originário dessa dissertação, não serão analisados tão profundamente aqui suas nuances, já que esse estudo não se propõe a estudar esse ângulo como principal. Para isso, sugere-se estudos futuros, por meio de produções acadêmicas, que abordem e analisem o documentário biográfico mais a fundo, trazendo novas perspectivas científicas.

O material se encontra disponível na plataforma Youtube, intitulado “Transfobia na escola: histórias de resistência” no link: [https://youtu.be/swM2yV\\_ux4E](https://youtu.be/swM2yV_ux4E).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação apresenta considerações relevantes acerca da vida escolar das pessoas trans. É nítido que estudar para os transgêneros representa significados diferentes do que para os cisgêneros. Ser diferente da normativa de gênero e lutar pelo direito de uma formação básica e/ou superior, é um ato político e de resistência, já que a dificuldade das pessoas em respeitar e lidar com o diferente, é real e presente, podendo ser elucidada através dos dados coletados e interpretados.

As problemáticas de gênero são enraizadas em inúmeras culturas e sociedades, trazendo ambiguidades. Por um lado, exige-se um padrão de masculino e feminino ligado às questões anatofisiológicas, ou seja, os aparelhos reprodutores determinam como uma pessoa deva se vestir, falar, expressar, etc. Já por outro, não se permite que uma pessoa possa transitar de gênero, mesmo que altere seus componentes biológicos, corroborando, mais uma vez, do determinismo biológico. Nesse cenário, a escola se coloca, mais uma vez, como espaço de reforço destes estereótipos e os alunos reproduzem esses discursos a todo momento, impossibilitando novas perspectivas, caso não haja interferência do professor ou gestor, como mediadores.

Concomitante à negação da igualdade e transição de gênero, o uso do banheiro e do nome social se tornam problemas dentro das escolas. Poucas são aquelas instituições de ensino da educação básica que respeitam e valorizam as condições das pessoas trans, fazendo com que o cenário mais comum seja de invisibilidade, mesmo diante do Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que garante o respaldo legal. Entretanto, nem todo o cenário é caos, uma vez que existem aquelas escolas que seguem os protocolos jurídicos e possibilitam a permanência daquele aluno, seja respeitando o uso do nome social. As adversidades ainda se voltam para a utilização do banheiro: se as pessoas trans não são aceitas nos banheiros que são generificados, então, como proceder? Sugere-se que essa questão seja abordada em trabalhos futuros conjuntamente à revisão desse e outros trabalhos já escritos acerca da temática.

Negação às diferentes formas de viver o gênero, negação do nome social e complicações com o uso do banheiro na escola são situações que intensificam o processo de marginalização das pessoas trans, sendo consideradas discriminações e, em muitos casos, violência. Essa conjuntura dificulta, diretamente, a permanência dos alunos trans na escola, já

que conviver diariamente com esses episódios resulta numa opressão e dificulta expressões sentimentais, psicológicas, etc.

De maneira geral, esse trabalho pôde trazer as questões mais comuns na vivência das pessoas trans na escola, de maneira a identificar quais situações impedem que muitas dessas pessoas não permaneçam na escola. Ou seja, validou-se a ideia que as escolas brasileiras ainda são transfóbicas e as temáticas relacionadas ao gênero são tratadas de maneira secundária, não dando espaço para que a diversidade sexual se consolide nos espaços educacionais.

Também, por meio do produto (documentário) dessa dissertação, pode-se observar a importância de dar visibilidade às pessoas trans e suas experiências, que enriquecem o campo científico e podem conscientizar os alunos acerca das discriminações que ocorrem nas escolas brasileiras. Não é somente uma produção midiática, mas a possibilidade de um material gerador de discussões e reflexões acerca da temática.

É necessária a reflexão, discussão e, acima de tudo, a criação de políticas públicas que combatam a transfobia na escola e promovam o respeito à diversidade sexual. Não é efetivo que se limite esse debate somente às estatísticas e discussões acadêmicas, já que no período escolar a violência contra pessoas trans é aparente e pode interromper os ciclos de aprendizagem, sendo necessária uma ampla abordagem em inúmeros contextos sociais. Desse modo, por meio das argumentações apresentadas em inúmeros trabalhos científicos, é possível visualizar o cenário da transfobia no Brasil e desenvolver mecanismos para combater a opressão na escola.

Transversalmente a esse trabalho, há a reflexão que mais produções nessa temática devam surgir, afim de enriquecer a discussão da relação entre a escola e marginalização das pessoas trans no Brasil. Também, que seja possível que, cada vez mais, a transexualidade seja presente nos ambientes universitários, pelo fato de inferir-se que a presença de pessoas trans no âmbito acadêmico possa representar uma conquista social e humanitária, afim de garantir a educação plena a todos e todas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Agenda. (2015?). *A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em 30 de nov de 2020.

- Alves, C. E. R. (2013). *Travestis e transexuais na escola: ressonâncias do uso do nome social na rede municipal de educação de Belo Horizonte*. Florianópolis, v. 1, n. 10, pp. 1-11.
- Andrade, L. N. de. (2012). *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza.
- Andrade, M. M. de. (2003). *A “Cidade das Mulheres”: A questão feminina e a pólis revisitada*. In: FUNARI, Pedro (org.). *Amor, desejo e poder na antiguidade: relações de gênero e representações do feminino*. Campinas: UNICAMP, pp. 115-147.
- Arroio, A. & Giordan, M. (2006). *O vídeo educativo: Aspectos da organização do Ensino*.
- Barbosa, C. V., & Neto, J. F. da S. (2020). A desconstrução da heterocisnormatividade: o reconhecimento da identidade de gênero dos transexuais para a “transparentalidade” ou “parentalidetrans”. *Revista de Direito de Família e Sucessão*, v. 6, n. 1, pp. 55-74.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Battisti, E. & Oliveira, S. G. (2017). *Sexo, gênero e orientação sexual na pesquisa sociolinguística*. Gênero e Língua (gem): Teoria e prática. EDUFBA, Salvador.
- Beauvoir, S. (1949). *O Segundo sexo – fatos e mitos*; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.
- Benedetti, M. R. (2005). *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (2020). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA.
- Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, 19, pp. 549-559
- Bento, B. (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA.
- Boarini, M. L. (2003). *Higienismo, eugenia e a naturalização do social*. In: Boarini, Maria Lúcia. (Org.). *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá: Eduem, pp. 19-43.
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

- Bonfim, C. R. de S. (2009). *Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas: contradições, limites e possibilidades*. Campinas, SP, p. 267.
- Brasil. (1988). *Constituição Federal 1988*. Brasília: Planalto.
- Brasil. (2016). *Decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016*. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF.
- Brasil. (1973). *Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973*. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF.
- Brasil. (1999). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias*. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Brasília: MEC/ SEF.
- Butler, J. (2004). *Desfazendo gênero*. Nova York: Routledge.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cardoso, T. V. B. (2020). Quem enxerga a criança trans? Memórias de um menino transgressor. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 3, n. 9, pp. 204-212.
- Carrara, S., & Ramos, S. (2005). *Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª. Parada do Orgulho LGBT – Rio 2004*. Rio de Janeiro: Clam.
- Cruz, G. A. da. (2010). Biografia e memória: os documentários biográficos como âncoras temporais. *Doc On-line Ubi*, n. 09, pp. 186-204. Disponível em: <[www.doc.ubi.pt](http://www.doc.ubi.pt)>. Acesso em: 22 nov de 2020.
- Cunha, T. & Hanna, W. (2017). *Expulsos da Escola*. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo>>. Acesso em 20 dez 2020.
- Debarbieux, E., & Blaya, C. (2002). *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília, DF: UNESCO.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). *Introdução à disciplina e a prática da pesquisa qualitativa*. In Denzin, Norma K., Lincoln, Yvonne S. e colaboradores (2006): O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre, Bookman e Artmed.
- Feitosa, L. M. G. C. (2013). *Gênero e sexualidade no mundo romano: a antiguidade em nossos dias*. *Doxa*, v. 17, n. 1 e 2, pp. 295-308.
- Feitosa, L. M. G. C. (2010). *Cinema e arqueologia: Leituras de gênero sobre a Pompéia Romana*. Niterói, v. 10, n. 2, pp. 257-271.

- Feitosa, L. M. G. C. (2008). Gênero e Sexualidade no mundo romano: a antiguidade em nossos dias. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 48/49, pp. 119-135.
- Felipe, J. (2006). Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia. *Tecnologia e Sociedade*, vol. 2, núm. 3, pp. 251-263. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, Brasil.
- Figueiró, M. N. D. (2006). Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 1-21, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323>>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- Fischer, R. (1999). *Identidade, cultura e mídia: a complexidade de novas questões educacionais na contemporaneidade*. In: Silva, L. H. (1999), *Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?* Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 18-32.
- Foucault, M. (2009a). *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, v. 1. Texto original publicado em 1976.
- Foucault, M. (2009b). *História da Sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, v. 2. Texto original publicado em 1984.
- Garcez, A., Duarte, R., & Eisenberg, Z. (2011). Produção e análise de vídeo-gravações em pesquisas qualitativas. *Educação e Pesquisa*, v. 37, pp. 249-261.
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Gonini, F. A. C., & Ribeiro, P. R. M. (2015). A sexualidade e sua construção histórica: alguns apontamentos para educadores que trabalham com educação sexual. *Miradas diversas de la educación en Iberoamérica*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.
- Guidoni, E. B. M., & Toporovski, J. (2001). Infecção Urinária na Adolescência. *Jornal de Pediatria*, v. 77, pp. 165-169.
- Hatton, S., & Tector, A. (2010). Sexualidade e Educação de Relacionamento para jovens com transtorno do espectro autista: mudança de currículo e apoio da equipe. *British Journal of Special Education*, pp. 69-76.
- Heilborn, M. L., & Brandão, E. R. (1999). *Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade*. In: Heilborn, Maria Luiza (org.), *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. IMS/UERJ, Rio de Janeiro: Editora Zahar, pp. 7-17.

- Jardim, D. P., & Bretas, J. R. da S. (2006). Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira - SP. *Revista Brasileira de Enfermagem* (online), v. 59, n. 2, pp. 157-162.
- Jesus, J. G. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, EDA/FBN.
- Louro, G. L. (2008). *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*.
- Louro, G. L. (1977). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes.
- Loyola, M. A. (1988). A Sexualidade nas Ciências Humanas. *Coleção Saúde & Sociedade*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- Loyola, M. A. (2003). Sexualidade e medicina: a revolução do século XX. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, pp. 875-884, 2003.
- Maia, A. C. B. (2012). A Educação Sexual de pessoas com deficiência intelectual. *Revista ELO do Centro de Formação Francisco de Holanda Guimarães*, v. 19, pp. 103-108.
- Maia, A. C. B. (2017). Concepções de professores sobre a sexualidade de alunos e a sua formação em educação inclusiva. *Revista Educação Especial*, v. 30, n. 59.
- Malta, D. C., Silva, M. A. I., Mello, F. C. M. de, Monteiro, R. A., Sardinha, L. M. V., Crespo, C., Carvalho, M. G. O., Silva, M. M. A da, & Porto, D. L. (2010). Bullying nas escolas brasileiras: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 1, pp. 3065-3076.
- Mantoan. M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo, Moderna.
- Meira, J. C. (2014). Estudos de gênero e historicidade: sobre a construção cultural das diferenças. *Caderno Espaço Feminino*, v. 27, n. 2, Uberlândia.
- Minayo, M. C. S., & Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, pp. 239-262.
- Nery, J. W. & Gaspondini, I. B. (2015). Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento. In: Souza, Rolf Malungo de et al. *Coletânea Diversa Diversidades*. Niterói, Rj: Uff/cead, pp. 61-80.
- Peres, W. S. (2010). Travestis, escolas e processos de subjetivação. *Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, Juiz de Fora, v. 12, n. 02, pp. 57-65
- Porter, R., & Teich, M. (1998). *Conhecimento sexual, ciência sexual: A história das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo, Unesp.

- Reis, M. H., & Vilar, D. (2004). A implementação da educação sexual na escola: Atitudes dos professores. *Análise Psicológica*, v. 22, pp. 737-745.
- Reis, T., & Eggert, E. (2017). Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, pp. 9-26.
- Reis, T. (2018). *Manual de Comunicação LGBTI+* (org). Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino.
- Ribeiro, P. R. M. (2009). *A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil*. In: Figueiró, Mary Neide Damico. *Educação Sexual: múltiplos temas, compromissos comuns*. Londrina: UEL, pp. 129-140.
- Rios, R. R., & Resadori, A. H. (2015). Direitos humanos, transexualidade e “direito dos banheiros”. *Revista Direito e Práxis*, v. 6, n. 3, pp. 196-227.
- Rocha, C. C S., & Junior, A. S. F. (2018). “Viadinho só se fode”: autoetnografia de um processo escolar heteroterrorista. *Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura*, UNAMA, nº 2, pp. 45-51.
- Roso, A., Strey, M. N., Guareschi, P., & Bueno, S. M. N. (2002). Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. *Psicologia & Sociedade*, v. 14, pp. 74-94.
- Santos, J. C. (2009). *Gestão escolar e a violência: alternativas educacionais*. Disponível em: <<https://www.anpae.org.br/simposio2009/148.pdf>>. Acesso em 03 de nov de 2020.
- Scott, J. W. (1990). *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife.
- Scott, J. W. (1994). Preface a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, nº. 3, Campinas.
- Silva, M. C., & Mendes, O. M. (2015). As marcas do machismo no cotidiano escolar. *Caderno Espaço Feminino – Uberlândia, MG*, v. 28, n. 1.
- Silva, R. (2011). *Perguntas e Respostas sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero*.
- Silva, R. D. da. (2012). *Educação audiovisual da sexualidade: olhares a partir do kit Anti-Homofobia*. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- Siqueira, T. L. (2008). Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. *Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades*, n. 8.
- Tgeu [TGEu]. (2016). *Transgender Europe: Trans Murder Monitoring 2016*. TGEU. Europe.
- Torres, M. A. (2012). A transformação de professoras transexuais na escola: transfobia e solidariedade em figurações sociais contemporâneas. *Revista Cronos*, v. 11, n. 2, pp. 41-61.

Trivinos, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Editora Atlas, p. 175.

Weeks, J. (1989). *Sexo, política e sociedade: a regulação da sexualidade desde 1800*. 2ª ed. Harlow: Longman.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG: \_\_\_\_\_, estou sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acerca da temática “Escola e Sexualidade: a discriminação do público trans no contexto escolar”, pelo Programa de Pós Graduação em Educação Sexual - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara/UNESP, que intenciona entrevistar pessoas trans (sexuais/gênero) que apresentam vivências escolares e tenham concluído, ou não, todo ciclo escolar (ensino fundamental e médio). E desta maneira, a minha participação neste estudo será de fornecer informações sobre minha experiência escolar, a partir de uma entrevista, como já mencionado.

Fui alertado de que essa pesquisa apresenta caráter acadêmico e que minha contribuição é de muita importância para a temática em questão. Também, estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou quaisquer outros dados ou elementos que possam, de qualquer forma, me identificar, serão mantidos em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar e sem sofrer qualquer prejuízo à minha integridade física ou moral. Sei também, que caso queira sair do estudo, meus dados de pesquisa não serão utilizados.

Afirmo, além disso, que as informações dadas por mim são legítimas e que asseguro, neste presente momento, que sou uma pessoa trans e/ou estou/estive em momento de transição de gênero e/ou sexo biológico.

Estou ciente, também, que o produto das discussões e propostas de ações sejam utilizados no documento final da pesquisa, podendo ser divulgado oralmente ou em publicação pelo pesquisador, desde que seja mantido o sigilo de minha identidade. E que, ainda, esta pesquisa

pode apresentar riscos mínimos no caso de haver constrangimento da minha parte durante a entrevista em razão de alguma pergunta, mas que haverá respeito, por parte dos pesquisadores, às minhas condições morais, sem que haja uma postura invasiva sobre minha intimidade.

Os pesquisadores envolvidos com a referida pesquisa são: Lucas Périco, discente de Mestrado em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara/UNESP; e Ricardo Desidério da Silva, docente no Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara/UNESP; e com eles poderei manter contato pelos telefones: (16) 99640-0853 / (43) 9911-4331 ou através dos e-mails: lukas.perico@hotmail.com / contatodesiderio@hotmail.com

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, somente em caso indenizatório por quebra de sigilo desta. Ou seja, esta pesquisa está sujeita à processos indenizatórios, caso viole as informações presentes neste termo.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Nome civil completo:

Nome social:

RG:

---

Assinatura do(a) responsável pelo(a) entrevistado(a)

Nome civil completo:

RG:

---

Assinatura do discente responsável pela pesquisa

Nome civil completo: Lucas Périco

RG: 47.443.981-1

---

Assinatura do docente responsável pela pesquisa

Nome civil completo: Ricardo Desidério da Silva

RG: 7.287.852-3

## **APÊNDICE II – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DE NÃO ALUNOS**

### **Roteiro de Entrevista (Não alunos)**

1 – Você estudou até que ano da escola? Terminou o ensino fundamental e médio?

Objetivo: Identificar o nível de escolaridade do entrevistado.

2- Quando você lembra da escola, o que mais é marcante pra você?

Objetivo: Caracterizar quais as problemáticas marcantes da experiência escolar do entrevistado.

3- Quais as situações mais constrangedoras que passou no contexto escolar?

Objetivo: Identificar e classificar quais os tipos de discriminações e/ou preconceitos presentes na escola.

4- O que acha que deveria ser diferente na escola? Elas estão preparadas para receber pessoas trans?

Objetivo: Pontuar problemas socioculturais da escola que influenciam nas concepções de gênero.

5- Caso tenha acontecido e você esteja à vontade para se expressar, se pudesse dizer algo a quem te discriminou, o que diria?

Objetivo: Estabelecer relações entre as situações de discriminação/preconceito que o entrevistado tenha passado e a maneira com que este lida com tal situação.

## **APÊNDICE III – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DE ALUNOS**

### **Roteiro de Entrevista (Alunos)**

1 – Você está em que ano da escola?

Objetivo: Identificar o nível de escolaridade do entrevistado.

2- Quando você pensa na escola, o que mais é marcante pra você?

Objetivo: Caracterizar quais as problemáticas marcantes da experiência escolar do entrevistado.

3- Quais as situações mais constrangedoras que passou no contexto escolar?

Objetivo: Identificar e classificar quais os tipos de discriminações e/ou preconceitos presentes na escola.

4- O que acha que deveria ser diferente na escola? Elas estão preparadas para receber pessoas trans?

Objetivo: Pontuar problemas socioculturais da escola que influenciam nas concepções de gênero.

5- Caso tenha acontecido e você esteja à vontade para se expressar, se pudesse dizer algo a quem te discriminou, o que diria?

Objetivo: Estabelecer relações entre as situações de discriminação/preconceito que o entrevistado tenha passado e a maneira com que este lida com tal situação.

**APÊNDICE IV - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM <sup>14</sup>**

Eu, \_\_\_\_\_, portadora do RG n.º \_\_\_\_\_, inscrita no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, AUTORIZO o uso de minha imagem, constante na filmagem de Lucas Henrique Dias, com o fim específico de estudos acadêmicos, sem qualquer ônus e em caráter definitivo.

A presente autorização, abrangendo o uso da minha imagem na filmagem, acima mencionada, é concedida ao pesquisador Lucas Périco, RG: 47.443.981-1 a título gratuito, abrangendo inclusive a licença a terceiros, de forma direta ou indireta, e a inserção em materiais para toda e qualquer finalidade, seja para uso comercial, de publicidade, jornalístico, editorial, didático e outros que existam ou venham a existir no futuro, para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Araraquara, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

\_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_

---

<sup>14</sup> Esse termo de autorização foi baseado no Termo de Autorização de Uso de Imagem - Humanas UFPR (2011) disponível no site da UFPR.